

ARICIA COSTA DE OLIVEIRA

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO
SOCIAL NO FORTALECIMENTO DO GRUPO DE GERAÇÃO DE
TRABALHO E RENDA AMIGOS DO MEIO AMBIENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social do Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Pampa –
UNIPAMPA/São Borja.

Orientador: Prof^o. Me. Fabio Jardel
Gaviraghi

São Borja
2012

ARICIA COSTA DE OLIVEIRA

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO FORTALECIMENTO DO GRUPO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA AMIGOS DO MEIO AMBIENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/São Borja.

Trabalho defendido e aprovado em: 19 de janeiro de 2012.
Banca examinadora:

Prof^o. Me. Fabio Jardel Gaviraghi
Orientador
Serviço Social – Unipampa

Prof^o Me. Jorge Alexandre da Silva
Serviço Social – Unipampa

Dedico este trabalho aos meus amados pais, Marcelino Olisan e Veronica, maiores incentivadores e fontes inesgotáveis de apoio, entusiasmo, amor e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer a minha família, principalmente a minha mãe Veronica e ao meu pai Marcelino Olisan, os quais foram fundamentais para que este sonho pudesse ser concretizado. Agradeço pelo amor, paciência, dedicação, entusiasmo, incentivo, pelo exemplo, enfim por confiarem em mim e sempre estarem ao meu lado na realização dos meus sonhos.

Agradeço aos meus amados familiares, especialmente aos meus avós Juarez (in memoriam) e Velma, Bino e Lonha (in memoriam) por serem exemplos em minha vida. Por meio do amor especial, que é o de vô e vó, ensinaram-me a não ter medo dos obstáculos e sempre ir ao encontro do que se almeja com humildade, dedicação e acima de tudo amor no coração, como diria minha vovó amada: “Sorria que o mundo lhe sorrirá”.

Aos meus irmãos Alison e Olisan, pela paciência, companheirismo e amizade, principalmente nos momentos difíceis. Amo vocês!

Agradeço também aos meus tios, tias, primos e primas, em especial a Dinda Elizete, a tia Rose, tio Jolcir e prima Rojane (Preta) pelo constante incentivo, sempre me motivando a buscar o melhor e acreditar no meu potencial.

Aos meus amores, flores, amigas: tia Camila, Laurinha, Letícia, Stela, Larissa, Gráh, Fred, especialmente pelo apoio e paciência. Agradeço pela amizade verdadeira, pelos momentos alegres, risadas, pelos “puxões de orelha” necessários às vezes, pelo companheirismo e por sempre estarem comigo!

Às minhas amigas e colegas, o “quarteto fantástico”, Cláudia, Charlene e Janaína. Minhas “irmãzinhas” muito obrigada pelos momentos alegres, pelo incentivo, pelo aprendizado, pelas risadas, pelas “bobagens”, pelas longas conversas em relação aos nossos ideais, sonhos e perspectivas, em especial pela amizade, tenho a certeza de que em todos os momentos que precisei vocês estavam ali comigo me auxiliando e apoiando-me. Fizemos da nossa equipe um sucesso! Adoro vocês!

Agradeço também aos meus colegas de graduação, em especial a Elem, a Jai, a M^a Camila, a Fran S., a Fran V., a Náila, a Eliane, a Bruna, a Moa, a Cati, a Fernanda, a Mari, a Angélica e o Paulo, pelos agradáveis dias em aula e de reuniões

de grupo. Amizades que conquistei durante a graduação e que continuarão comigo, nem que seja por meio das maravilhosas lembranças.

Aos mestres, professores do curso de Serviço Social Elisângela, Simone, Jaina, Mariléia, Eliana, Fabiana, Cristina, Laura, Sheila, Carol, Fábio, Jorge, Jocenir, Tiago, que sem medir esforços, sempre estiveram dispostos a contribuir no nosso crescimento acadêmico. A vocês meu agradecimento especial.

Agradeço a minha eterna professora Caroline Goerck, pelo carinho, companheirismo e oportunidade de conhecimento da temática escolhida para esse estudo. Profissional competente, mãe exemplar, pessoa simples, afetuosa, humilde, dedicada. Sou muito agradecida pela oportunidade de tê-la conhecido e pelo aprendizado proporcionado.

À professora Jaina Raqueli Pedersen, minha supervisora acadêmica, agradeço pelo apoio e dedicação sempre demonstrados em sala de aula e durante todo o processo de Estágio Supervisionado, és um exemplo, pela pessoa surpreendente, pela postura profissional, pela dedicação, humildade e simplicidade expressas na forma gentil de ser.

Agradeço especialmente ao professor Fábio Jardel Gaviraghi, meu orientador, pelo apoio, pela compreensão, pelo carinho, pela tolerância, humildade, simplicidade, sabedoria, pelas críticas sempre construtivas ao meu processo de aprendizagem e amadurecimento, mas principalmente, pelo continuo incentivo e paciência. A ti meu sincero agradecimento!

Agradeço também ao professor Jorge Alexandre da Silva, por ter colaborado no meu processo de aprimoramento e aceito o convite para à minha banca. Agradeço por sempre estar disponível, auxiliando-nos e incentivando-nos a melhorar.

Gostaria de agradecer, também, a outras pessoas e instituição fundamental na minha formação profissional e pessoal: agradeço a toda equipe do Centro de Formação Teresa Verzeri, bem como as crianças e adolescentes, pelo carinho e apoio a mim dedicados. Em especial agradeço a Ir. Sônia, ser humano admirável, pelo aprendizado constante, pelo apoio, amizade, oportunidades, por confiar em mim e sempre estar me impulsionando, “abrindo portas” para meu crescimento não só profissional, mas também pessoal. Agradeço também, de forma especial, à amiga Carine, minha “anjinha da guarda”, para mim um exemplo de garra, humildade e ética profissional. Obrigada pela sua amizade, companheirismo e por dividir comigo

seu aprendizado. Vocês contribuíram muito nesse processo e fazem parte deste trabalho.

Enfim, a todos os referidos, os meus mais sinceros agradecimentos. Muito obrigado por terem colaborado de tantas formas diferentes para que este sonho se concretizasse!

“Ando devagar
Por que já tive pressa
E levo esse sorriso
Por que já chorei de mais.
Hoje me sinto mais forte
Mais feliz quem sabe
Só levo a certeza
De que muito pouco eu sei, que nada sei.
Conhecer as manhas e as manhãs
O sabor das massas e das maçãs
É preciso amor pra poder pulsar
É preciso paz pra poder sorrir
É preciso a chuva para florir.
Cada um de nós compõe a sua historia
Cada ser em si
Carrega o dom de ser capaz
De ser feliz .”
(Tocando em Frente - Almir Sater e
Renato Teixeira, 1990)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC configura-se em uma reflexão teórico-prática, desenvolvida a partir da experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja, realizado junto ao Grupo de Geração de Trabalho e Renda Amigos do Meio Ambiente no Centro de Formação Teresa Verzeri. O presente estudo possui como tema a Economia Solidária e a contribuição do Serviço Social no fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. A ação interventiva efetivou-se por meio do Projeto de Intervenção “Grupo de Convivência, Trabalho e Geração de Renda Reciclar: uma ação solidária para conscientização, fortalecimento de valores e geração de renda”. Evidenciou-se que a realidade dos empreendimentos econômicos solidários constituem-se de possibilidades, limitações e desafios, os quais podem ser superados, oportunizando a geração de renda e contribuindo de forma significativa à inclusão social dos sujeitos pertencentes a esses empreendimentos. Enfatiza-se ainda a relevância do trabalho realizado, articulando ações para fomentar e fortalecer os empreendimentos, principalmente por meio do acesso a capacitação continuada, assessoramento, ações educativas na perspectiva de formação social dos sujeitos para exercício da cooperação, autogestão, democracia e solidariedade.

Palavras-chave: Economia Solidária. Geração de Trabalho e Renda. Instituições de Apoio e Fomento. Limites e possibilidades. Serviço Social.

ABSTRACT

This Work Completion Course - CBT, set in a theoretical-practical reflection, developed from the experience of Supervised Internship in Social Work at the Federal University of Pampa, campus São Borja, held with the Working Group and Generation income Friends of the Environment at the Training Centre Teresa Verzeri. The present study has as its theme the Solidarity Economy and the contribution of social work in strengthening the solidarity economic enterprises. The intervening action was accomplished through the Project of Intervention "Group Living Together, Work and Income Generation Recycle: a solidary action to awareness, strengthening of values and income generation". It was found that the reality of solidary economic enterprises are constituted of the possibilities, limitations and challenges, which can be overcome, giving the opportunity the generation of income and contributing significantly to social inclusion of individuals belonging to these ventures. It also emphasizes the relevance of the realized work, articulating actions to foster and strengthen the ventures, mainly through access to ongoing training, counseling, educational training in the perspective of social formation of the subjects for the exercise of cooperation, self-management, democracy and solidarity.

Keywords: Solidarity Economy. Generation of Work and Income. Supporting and Fostering Institutions Limits and possibilities. Social Service.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço
ACI - Aliança Cooperativa Internacional
ADS - Agencia de Desenvolvimento Solidário
AMA – Amigos do Meio Ambiente
ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária.
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CFTV – Centro de Formação Teresa Verzeri
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAF - Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
ECOSOL - Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Credito Solidário
EES - Empreendimentos Econômicos Solidários
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MST - Movimento dos Sem Terra
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
ONG - Organização Não Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC - Projetos Alternativos Comunitários
RS – Rio Grande do Sul
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. SOCIEDADE CAPITALISTA E TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS	15
2.1 Transformações Societárias e seus rebatimentos no Mundo do Trabalho .	16
2.2. Economia Solidária: Limites e Possibilidades.	21
2.2.1 Cooperativismo: Origem e Principais Características.....	22
2.2.2 Economia Solidária: uma alternativa?.....	25
2.2.3 Instituições de Apoio e Fomento à Economia Solidária	32
2.3 Trabalho do Assistente Social enquanto agente fomentador de Empreendimentos Econômicos Solidários.....	35
3. CONTEXTUALIZANDO O ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL: CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI	39
3.1 Centro de Formação Teresa Verzeri: perspectiva histórica e a inserção do Serviço Social.....	39
3.2 O Trabalho do Assistente Social no Centro de Formação Teresa Verzeri ...	42
3.2.2 O Trabalho do Assistente Social e o objeto de intervenção	45
4. GRUPO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA AMIGOS DO MEIO AMBIENTE E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL.....	53
4.1 Metodologia	53
4.2 Relato Teórico-Crítico da Experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social: ações iniciais.	54
4.3 Relato e análise da experiência vivenciada por meio do Projeto de Intervenção	57
4.4 Os Desafios do Trabalho do Assistente Social no Fortalecimento dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda.....	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS.....	69

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC tem como finalidade fazer uma reflexão e relato teórico-prático sobre o Estágio Supervisionado em Serviço Social. Advém da experiência de estágio na efetivação do projeto de intervenção “Grupo de Convivência, Trabalho e Geração de Renda Reciclar: uma ação solidária para conscientização, fortalecimento de valores e geração de renda”. Deste modo, tem como pretensão abordar o tema da Economia Solidária, valores que basearam e fundamentaram a ação interventiva prestada pelo Serviço Social a empreendimentos de geração de trabalho e renda.

O processo de Estágio Supervisionado I e II realizou-se no espaço sócio-ocupacional denominado Centro de Formação Teresa Verzeri, instituição de caráter público-privado do município de São Borja - RS. Caracteriza-se por ser uma organização que atua na atenção a crianças e adolescentes e suas famílias, em situação de risco visando à defesa e garantia de seus direitos.

No espaço pelo qual foi desenvolvido o projeto de intervenção de estágio supervisionado, o objetivo geral foi de contribuir para o fortalecimento e manutenção do empreendimento econômico solidário, por meio da capacitação continuada, com o intuito de possibilitar a inclusão social e econômica dos integrantes e de seus familiares. Sendo assim, pretende-se, por meio desse estudo, dar visibilidade ao processo de trabalho do assistente social, junto a empreendimentos de geração de trabalho e renda e seus integrantes, mais especificamente, ao Grupo de Geração de Trabalho e Renda AMA – Amigos do Meio Ambiente. Como sujeitos da ação, por meio dessa vivência, participaram 08 (oito) jovens, com idade a partir de 16 (dezesseis) anos, que se encontravam excluídos do mercado formal de trabalho.

A formação acadêmica possibilitará ainda, a elaboração de uma reflexão que contribuirá para o conhecimento sobre o tema, colaborando com o processo de intervenção, vinculado a geração de trabalho e renda e a Economia Solidária. Revela-se preponderante que a produção de conhecimento científico, bem como de novas pesquisas, possuam a intencionalidade de contribuir para aprimoramento de demandas sociais prioritárias, adquirindo uma relevância social de modo que impulsionem e possibilitem a práxis pedagógica.

O contexto pelo qual foi desenvolvido o trabalho, junto a um Grupo de Geração de Trabalho e Renda, constitui-se um dos novos espaços no que diz respeito à inclusão de profissionais assistentes sociais. A metodologia pelo qual foi desenvolvido o trabalho do assistente social objetivou disponibilizar um espaço de reflexão e debate acerca do cotidiano vivenciado no Grupo de Geração de Trabalho e Renda, baseando suas ações em valores de cooperação, solidariedade, ajuda mútua, desenvolvimento econômico e sustentável. A categoria profissional contribui no fortalecimento dos empreendimentos, visto que desenvolve seu trabalho baseando-se nos princípios da Economia Solidária, assim como do cooperativismo que vão ao encontro dos fundamentos do Serviço Social.

Para o assistente social, a investigação da realidade é uma necessidade ao desenvolvimento de seu trabalho profissional. O compromisso e posicionamento ético-político da categoria profissional, conforme consta no Código de Ética dos Assistentes Sociais tem como princípios fundamentais a ampliação e consolidação da cidadania, o posicionamento em favor da igualdade, da equidade e da classe trabalhadora, a opção por um projeto social vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero.

A estrutura deste trabalho, que consistirá em 5 (cinco) capítulos, inicialmente introduz de forma basilar o tema elencado. No segundo capítulo, objetivou-se abordar sobre as diversas mutações ocorridas no mundo do trabalho e suas consequências para a classe trabalhadora, bem como se explanará sobre as expressões de resistência à questão social, com a manifestação do movimento de Economia Solidária, suas bases históricas, além das instituições de apoio e fomento e a contribuição do profissional assistente social enquanto agente fomentador dos empreendimentos econômicos solidários.

No terceiro capítulo, a intenção é evidenciar o histórico e a estrutura da Instituição na qual se realizou o estágio, ressaltando as atividades desenvolvidas pelo assistente social e seu objeto de intervenção.

E, no quarto capítulo, a proposta é relatar, por meio de uma reflexão teórico-prática, a experiência vivenciada no espaço sócio-ocupacional Centro de Formação Teresa Verzeri, de São Borja, e a efetivação do projeto de intervenção profissional.

Finalmente, apresentar-se-á uma análise crítica do projeto de intervenção, após serão tecidas as considerações finais, demonstrando o que representou esta

ação interventiva para os sujeitos envolvidos, e assim como, para a formação acadêmica.

2. SOCIEDADE CAPITALISTA E TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS

O presente capítulo pretende elucidar, de forma basilar, as transformações societárias ocorridas no mundo do trabalho, destacando as consequências dessas metamorfoses na vida da classe trabalhadora, percebendo a centralidade do trabalho enquanto elemento fundamental para a emancipação humana¹.

Dar-se-á maior ênfase em relação às transformações no mundo do trabalho decorrentes a partir da década de 70 do século XX, que foram idealizadas para retomar o processo de acumulação existente pelos capitalistas, após fracassar o modelo de desenvolvimento de regulamentação estatal com bases organizativas no trabalho fordista. Surge assim um modelo de acumulação flexível, denominado Toyotismo, juntamente com a globalização, políticas baseadas no aporte neoliberal.

Torna-se relevante salientar que a retomada do processo histórico envolvendo as relações de trabalho e precarização, exploração do mesmo constituem-se saberes preponderantes para compreensão das relações sociais existentes na sociedade contemporânea, principalmente referente ao avanço da Economia Solidária enquanto alternativa viável para transformação da realidade excludente do modo de produção hegemônico, sobretudo por meio do fortalecimento de ações educativas na perspectiva de formação social dos sujeitos para exercício da cooperação², autogestão³, democracia⁴ e solidariedade⁵.

¹ Conforme Bahniuk (2008) em seu estudo sobre os Manuscritos econômico- filosóficos de Marx (2004), exemplifica que a emancipação humana é o momento em que a humanidade recupera sua completude. Neste novo patamar, os indivíduos podem desenvolver-se otimamente, uma vez que não são cerceados e limitados pela alienação do trabalho que rege a sociedade do capital.

² “O termo cooperação está dicionarizado como o ato de cooperar ou operar simultaneamente, colaborar, trabalhar em conjunto. Está associado às idéias de ajuda mútua, de se contribuir para o bem-estar de alguém ou de uma coletividade. No sentido amplo, indica a ação coletiva de indivíduos com o intuito de partilhar, de forma espontânea ou planejada, o trabalho necessário para a produção da vida social. Também é entendido como processo social em que pessoas, grupos, instituições e/ou países atuam de forma combinada para atingir objetivos comuns ou afins (JESUS; TIRIBA, 2009, p.80).

³ “autogestão é um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta. Esta constitui um sistema em que voluntariamente, sem perceberem remuneração e sem recorrerem a intermediários, os cidadãos debatem todas as questões importantes, em assembléias. A periodicidade dessas reuniões deve ser compatível com a disponibilidade dos agentes envolvidos”, ou seja, configura-se no conjunto de ações caracterizadas pela natureza democrática nas tomadas de decisão, é um exercício de poder partilhado, qualificando as relações sociais de cooperação (MOTHÉ, 2009, p. 26).

⁴ Conforme Oliveira (2007, p. 6) democracia pressupõe que as relações sociais são estabelecidas pela igualdade e pela participação dos sujeitos nas decisões, “um regime democrático em que todos

2.1 Transformações societárias e seus rebatimentos no mundo do trabalho

As transformações contemporâneas nas relações de trabalho e no processo de acumulação do capital afetaram e atingem todas as camadas da sociedade, sendo que seus efeitos negativos são expressos principalmente na realidade da classe trabalhadora, pelos fatores de precarização das relações e condições de trabalho, fragmentação, desregulamentação, flexibilização dos direitos trabalhistas, incidindo na ampliação das desigualdades sociais.

As diversas mutações estão relacionadas intimamente à questão do trabalho, que é uma categoria considerada essencial, ou seja, central na vida das pessoas, visto que o trabalho é fator fundamental da socialização e da dinâmica das relações sociais. Nesta perspectiva, Pinto (2007, p.17) considera o trabalho “como um conjunto de atividades intelectuais e manuais, organizadas pela espécie humana, e aplicadas sobre a natureza, visando assegurar sua subsistência”.

Entende-se que a capacidade de trabalho é o diferencial entre a espécie humana e os demais seres vivos, pois se constitui em uma atividade de planejamento e execução na busca pela sobrevivência, bem como, contribui para o reconhecimento da própria identidade decorrente do processo de cooperação existente em condições normais de trabalho. O significado social do trabalho vai além do simples ato de trabalhar ou vender sua força de trabalho, constitui-se também enquanto fator de integração a determinado grupo, processo de reconhecimento, gratificação, relacionado à constituição da subjetividade, identidade e da rede de significados do sujeito (PINTO, 2007).

Compreendendo que as diversas metamorfoses ocorridas em relação ao mundo do trabalho advêm de um longo processo histórico, torna-se preponderante abordar que durante o cenário do século XVIII ocorreu uma intensa transformação nas formas de se produzir, intitulada de I Revolução Industrial, correspondente ao momento de consolidação do capitalismo industrial no processo de produção, principalmente na Inglaterra. Período em que o processo de trabalho realizado por meio da manufatura

os cidadãos têm o direito de participar, mesmo que indiretamente, da tomada das grandes decisões, e cuja regra é a regra da maioria”.

⁵ “Solidariedade reporta-se à cooperação, ajuda mútua, reciprocidade de interesses e responsabilidades nas relações de trabalho (GOERCK, 2009b, p.44).”

artesanal foi substituído pela máquina a vapor, tear mecânico, estradas de ferro e pelo surgimento das fábricas (ANTUNES, 2007).

Entre o século XVIII e XIX, o processo de trabalho no modo de produção capitalista continuou modificando-se, desencadeando a II Revolução Industrial. A II Revolução Industrial teve seu período de ascensão entre meados do século XIX e XX, tendo como finalidade a intensificação da acumulação de capital, promovida pelo desenvolvimento dos setores de transportes, comunicação, produção em série e, principalmente, pela utilização do aço e de novas formas de energia - petróleo e eletricidade. Estes novos moldes de produção industrial, realizados pelo maquinário a vapor, pelo petróleo e a eletricidade, foram submetendo os trabalhadores à máquina e desencadearam o acirramento da divisão social do trabalho pela intensificação da acumulação capitalista⁶, bem como exploração da classe que vive da venda da sua força de trabalho (ANTUNES, 2007).

De acordo com Antunes (2007), por volta da década de 70, ocorre um grande salto tecnológico e com isso ocorrem, como já explicitado, profundas transformações no interior do mundo do trabalho, acontecimentos iniciados na Europa. No mundo da produção, o fordismo⁷ e o taylorismo⁸ perdem espaço para outros processos produtivos, como por exemplo, a experiência Japonesa a partir do toyotismo⁹.

Pelas repercussões que essas mudanças tiveram no mundo do trabalho como um todo é fundamental destacar que ao longo do século XX os processos de trabalho que predominaram na indústria capitalista foram o fordismo e o taylorismo.

⁶ O capitalismo tem o objetivo de acumular e centralizar capital, e pelo fato da força de trabalho ser considerada uma mercadoria pelo sistema, o trabalho que vem sendo realizado pelos sujeitos, comumente não está sendo constituído pela autorealização e identificação dos trabalhadores diante dos processos de produção e gestão.

⁷ Segundo Laranjeira (2002) apud Damascena (2010, p.22) “[...] o fordismo caracterizar-se-ia como prática de gestão na qual se observa a radical separação entre concepção e execução, baseando-se no trabalho fragmentado e simplificado, com ciclos operários muito curtos, requerendo pouco tempo para formação e treinamento dos trabalhadores. O processo de produção fordista fundamenta-se na linha de montagem acoplada à esteira rolante, que evita o deslocamento dos trabalhadores e mantém um fluxo contínuo e progressivo das peças e partes, permitindo a redução dos tempos mortos, e, portanto, da porosidade”.

⁸ O taylorismo se baseava no rendimento individual de cada trabalhador, é um “sistema de organização do trabalho, especialmente industrial, baseado na separação das funções de concepção e planejamento das funções de execução, na fragmentação e na especialização das tarefas, no controle de tempos e movimentos e na remuneração por desempenho” (ANTUNES, 2007).

⁹ O toyotismo é o modelo de produção criado pelos capitalistas para acentuar a acumulação e centralização do capital, por meio da exploração da mais-valia. Ressalta-se que nesse modelo há maior envolvimento e comprometimento por parte dos trabalhadores na produção e relações de trabalho, fazendo com que os sujeitos realizem várias atividades ao mesmo tempo, tendo maior participação e conhecimento nas atividades que realiza, configurando-se em polivalente, porém sem autonomia suficiente para realizar modificações no processo de produção (GOERCK, 2009b).

Os elementos constitutivos básicos desse modo de produção consistem na produção em massa, a fragmentação das funções, a separação entre elaboração e execução no processo de trabalho e ainda o controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista (PINTO, 2007).

A partir da década de 1970, ocorre mundialmente o processo de reestruturação produtiva¹⁰, que produziu diversas transformações na sociedade contemporânea, repercutindo intensamente no mundo do trabalho. Estas transformações sociais têm alterado o cenário econômico, social e político brasileiro, ampliando as manifestações da questão social, através do aumento generalizado do desemprego, a ampliação da concentração de renda e a exclusão social (GOERCK, 2009a).

Antunes (2007, p. 28) salienta que, “[...] depois da aguda crise de recessão instalada a partir de 1973, teve início um processo de transição no interior do processo de acumulação de capital”. Deste modo, algumas medidas foram buscadas pelos capitalistas para a reorganização da acumulação capitalista, medidas foram tomadas em conjunto com a globalização, como a implantação de uma reorganização produtiva alicerçada no modelo toyotista, além do neoliberalismo.

O advento da reestruturação produtiva acarretou uma série de transformações nas relações de trabalho, tais como: o desemprego estrutural¹¹ e a transição de um modo de produção e organização do trabalho taylor-fordista para o modelo da acumulação flexível e globalizado. Modelo este que vem se caracterizando pela desregulamentação, flexibilização e precarização das condições

¹⁰ “A economia mundial passou por profundas mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais. A emergência da 3ª Revolução Industrial e as políticas econômicas de corte neoliberal ampliaram o processo de reestruturação produtiva voltada para obtenção de maior flexibilização do uso do capital e do trabalho, tendo por meta a máxima redução dos custos, da ociosidade dos fatores produtivos e dos riscos ampliados da instabilidade dos mercados” (BEDIN, 2000, P.11).

¹¹ [...] uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado fabril e industrial; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2007, p. 49-50). O desemprego estrutural resulta das mudanças da estrutura da economia. Estas provocam desajustamentos no emprego da mão-de-obra, assim como alterações na composição da economia associada ao desenvolvimento. Existem duas causas para este tipo de desemprego: insuficiência da procura de bens e de serviços e insuficiência de investimento em torno da combinação de fatores produtivos desfavoráveis. Esse tipo de desemprego é mais comum em países desenvolvidos, causado devido à grande mecanização das indústrias, pela adesão as novas tecnologias, como a robótica e a informática, reduzindo assim os postos de trabalho. Sendo assim conclui-se que não é resultado de uma crise econômica, e sim das novas formas de organização do trabalho e da produção. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Desemprego_estrutural. Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

de trabalho e dos direitos trabalhistas, colocando à margem do mercado de trabalho formal um quantia de trabalhadores de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. Junto a isso, novas exigências de qualificação técnica e pessoal são feitas aos trabalhadores como condição de possibilidade de (re) ingresso no mercado de trabalho (PINTO, 2007).

Nesse contexto, os trabalhadores passaram por profundas mudanças com o processo de desmantelamento das suas condições de trabalho, diminuição da organização sindical, desemprego em massa, entre outros; fruto da flexibilização de seu trabalho. Essa flexibilização que se instaurou em resposta a crise, gera o chamado desemprego estrutural, além de constituir o processo de produção numa perspectiva de acumulação flexível, (ANTUNES, 2007).

Cresce o problema central do mundo contemporâneo, sob o domínio do grande capital financeiro em relação ao capital produtivo: o desemprego e a crescente exclusão de contingentes expressivos de trabalhadores da possibilidade de inserção ou re-inserção no mercado de trabalho, [...] Essa redução do emprego, aliada a retração do Estado em suas responsabilidades públicas no âmbito dos serviços e direitos sociais, faz crescer a pobreza e a miséria, passa a comprometer os direitos sociais e humanos (IAMAMOTO, 2007, p. 87).

Nesse contexto de profundas transformações nas relações de trabalho a tese da “especialização flexível” que sendo uma nova forma produtiva, articula-se ao desenvolvimento tecnológico e a desconcentração produtiva, influenciando na adoção da ideologia neoliberal acarretando em sérias consequências para a realidade dos trabalhadores, principalmente em relação ao desemprego estrutural. O trabalhador que não estiver qualificado ou não se adequar a essa dinâmica competitiva do mercado acaba sendo descartado do mundo do trabalho (ANTUNES, 2007). A partir do final do século XX e início do século XXI continuam ocorrendo profundas transformações relacionadas ao processo de trabalho, gerando a substituição maciça de trabalhadores, principalmente os que não tinham qualificação específica.

A emergência da Terceira Revolução Industrial¹² e as políticas econômicas de corte neoliberal ampliaram o processo de reestruturação produtiva voltada para obtenção da maior flexibilização do uso do capital e do trabalho, tendo por meta a máxima redução dos custos, da ociosidade dos fatores produtivos e dos riscos ampliados da instabilidade dos mercados (BUSNELLO, 2000, p.11).

Torna-se relevante salientar que por meio da implantação do referencial teórico neoliberal¹³ nas políticas sociais públicas ocorre o processo de minimização do Estado, implicando na não legitimação dos direitos sociais - adquiridos pela classe trabalhadora. Vale ainda pontuar, que é a partir da década de 1990 que o Brasil assume, de forma passiva e subordinada, o receituário neoliberal propagado por todo o mundo como sendo a solução para o reaquecimento da economia. (GOERCK, 2009b).

Nesta perspectiva, a reestruturação, em todos os seus elementos, aliada às reformas estruturais, nos sistemas de proteção social, gerou um novo contingente de pobres, além dos já existentes, expressando uma nova dificuldade: a inserção ou a não-inserção dos sujeitos nas relações sociais, políticas e econômicas. O fenômeno desemprego fruto de um modelo de desenvolvimento, acirra as desigualdades sociais, compromete os direitos sociais e humanos, conseqüentemente crescendo os índices de pobreza e miséria (IAMAMOTO, 2007).

Com a globalização da economia brasileira, devido à implantação do neoliberalismo nas políticas econômicas e sociais, nos anos 90, como já enfatizando anteriormente, a crise social se aprofunda¹⁴. Há um aumento significativo dos índices de desemprego. Pochmann (2006) apresenta um retrato dos desempregados do Brasil, identificando que é a partir de 1990 que o índice do

¹² Salienta-se que todas as revoluções industriais acarretaram significativas mutações nas relações no mundo do trabalho, essencialmente a terceira onda de desenvolvimento industrial. Acarretaram acentuado aumento da produtividade do trabalho e, em consequência, causaram desemprego tecnológico. Os deslocamentos foram grandes, milhões de trabalhadores perderam suas qualificações à medida que máquinas e aparelhos permitiram obter, com menores custos, os resultados produtivos que antes exigiam a intervenção direta da mão de obra humana (SINGER, 2008).

¹³ O modelo neoliberal tem sua instituição baseada no corte das políticas sociais, e possui como marco o Consenso de Washington. Este encontro ficou conhecido, pois tinha como perspectiva ajustar as economias dos países subdesenvolvidos às novas exigências em relação aos países centrais com o processo de reestruturação produtiva e também reordenar os mercados internacionais, enfatizando o primado do mercado livre em convivência com um Estado mínimo (SILVA, 2007).

¹⁴ A globalização desregulada, além de extinguir uma quantidade expressiva dos postos de trabalho, pode fazer com que a exclusão social se torne uma ferramenta de acumulação pelo capital (POCHMANN, 2004).

desemprego aumenta de forma intensa, tornando o desemprego na atualidade, um fenômeno muito mais complexo e heterogêneo e que atinge todos os segmentos sociais. Conforme Pesquisa Mensal de Emprego - PME realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), a taxa de desocupação (desemprego) no mês de agosto de 2011, foi estimada em 6,0% para o conjunto das sete regiões metropolitanas analisadas¹⁵, totalizando 2,414 milhões de desempregados¹⁶.

Singer (2002, p. 122) elucida que, com a crise, “milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social, a Economia Solidária reviveu no Brasil”. O agravamento das relações de trabalho forçou a classe de trabalhadores a encontrar saídas, soluções alternativas à falta de postos de trabalho, e conseqüentemente às péssimas condições de vida a que estavam submetidos. Nesta perspectiva, encontram-se os empreendimentos econômicos solidários, que inicialmente assumem um caráter de geração de renda, mas também envolvem princípios no sentido da construção de uma nova cultura entre os trabalhadores, empenhados no desenvolvimento de uma sociedade solidária e justa. Neste contexto, reaparecem as iniciativas da Economia Solidária, baseando-se no movimento histórico do Cooperativismo.

É necessário, assim, destacar o desenvolvimento histórico da Economia Solidária, bem como a influência do movimento cooperativista, explanar-se-á também, as possibilidades e limites dessa nova economia, além da contribuição do serviço social nos espaços que se materializam experiências econômicas solidárias.

2.2 Economia Solidária: Limites e possibilidades.

Este subitem tem como intenção abordar o processo histórico de desenvolvimento do cooperativismo, demonstrando como as suas características, vinculadas à organização e seus princípios, influenciaram a Economia Solidária.

¹⁵ A Pesquisa Mensal de Emprego - PME é realizada mensalmente nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília, Porto Alegre, Recife e Salvador.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/09/28/taxa-de-desemprego-fica-estavel-em-agosto-apontam-dieese-e-fundacao-seade>>. Acesso em: 09 de setembro de 2011.

Este estudo objetiva, ainda, demonstrar de forma sintética, sobre o movimento de Economia Solidária e a contribuição do serviço social.

Para apresentar as experiências coletivas, emergidas no final do século XX, que constituem a Economia Solidária, faz-se necessário, primeiramente abordar uma breve retrospectiva histórica sobre a concepção do Cooperativismo, bem como, seus princípios.

2.2.1 Cooperativismo: origem e principais características.

Diante da precariedade das condições e relações de trabalho, bem como da exploração dos trabalhadores pelos detentores dos meios de produção, existentes entre os séculos XVIII e XIX na Europa, emergiu um novo modo de organizar e sistematizar o trabalho, designado de Cooperativismo e de Associativismo. É neste cenário de predomínio extremo de interesses privatistas, em detrimento dos sociais e coletivos, que culminam as primeiras experiências Cooperativistas e/ou Associativistas¹⁷ (GOERCK, 2006b).

O Cooperativismo Moderno¹⁸ surgiu juntamente com a Revolução Industrial, possivelmente, também, como uma forma de “amenizar” os conflitos econômicos sociais que eram vivenciados pela classe trabalhadora - manifestações da questão social. O processo de industrialização contribuiu para que os artesãos e trabalhadores rurais migrassem para as grandes cidades - êxodo rural -, atraídos pelas fábricas, em busca de melhores condições de vida. Quando fora criado, configurou-se como uma das formas de amenizar os conflitos de classe e desigualdades sociais daquele momento histórico, os sujeitos que conceberam o Cooperativismo e o Associativismo prospectavam por meio destes uma sociedade mais justa e igualitária, em que a organização e sistematização do processo de trabalho estariam inspiradas em princípios norteadores, divergentes do modo de

¹⁷ O Cooperativismo e o Associativismo partem dos mesmos princípios norteadores, o que os diferencia são as formas estruturais e jurídicas em que os mesmos estão constituídos. As primeiras experiências associativistas e cooperativistas criadas, entretanto, não detinham estas diferenciações. Pode-se fazer a seguinte comparação: as associações e algumas cooperativas neste período, poderiam se configurar enquanto grupos informais, se equiparadas ao século XXI (GOERCK, 2009b).

¹⁸ Formas associativistas de organização e sistematização do trabalho existem desde a Antiguidade, quando os homens já conviviam em grupo e possuíam interesses comuns, entretanto o Cooperativismo Moderno possui sua origem vinculada ao processo de industrialização. As formas de desigualdade e injustiças sociais também existem desde a Antiguidade, porém só podem ser referidas como manifestações da questão social (conflito entre o capital e o trabalho), a partir da introdução do modo de produção capitalista nas relações sociais (GOERCK, 2009b, p.43).

produção capitalista - individualismo, acumulação e centralização de capital (GOERCK, 2009b, p. 41-42).

Os precursores do Cooperativismo e do Associativismo vivenciaram as manifestações da questão social de desigualdade e de rebeldia, geradas entre a I e a II Revolução Industrial. Logo, as manifestações do Capitalismo e as suas consequências, gestam-se projetos societários que possuem uma filosofia de homem e de mundo diferente. Um dos primeiros passos para a construção de alternativas às expressões da questão social da época emergiu como alternativa benéfica a esse sistema econômico, por Robert Owen, conforme Singer (2002).

Os precursores do cooperativismo almejavam uma sociedade diversa ao modo de produção capitalista. Deste modo, o plano de Owen previa,

[...] a construção de aldeias cooperativas em que os ex-indigentes iriam morar e trabalhar; cada aldeia produziria parte de sua subsistência e trocava com outras aldeias os excedentes de sua produção. Mas não haveria propriedade privada nem competição entre as pessoas e tão pouco entre as aldeias (SINGER, 2003, apud DAMASCENA, 2010, p. 21).

O cooperativismo originou-se paralelo ao processo de revolução industrial, quando também surgiram as desigualdades sociais, tendo-se como marco simbólico a Cooperativa Matriz de Rochdale. A Cooperativa Pioneira de Rochdale tem a sua origem vinculada a um momento histórico, em que os trabalhadores iniciaram suas manifestações trabalhistas em busca de melhorias salariais e condições de trabalho – que posteriormente constituíram os direitos sociais (GOERCK, 2006b).

Em novembro de 1843, 28 tecelões da cidade de Rochdale uniram-se para descobrir uma alternativa econômica e viável que possibilitasse as suas sobrevivências, ao se sentirem prejudicados pela industrialização que substituiu o trabalho desenvolvido artesanalmente. Nesta perspectiva, o grupo formou uma cooperativa de consumo, lançando a semente do sistema econômico do cooperativista. (ARROYO; SCHUCH, 2006).

Aceitando-se a noção que a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) consagrou: "Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para prosseguirem as suas necessidades e aspirações comuns, quer econômicas, quer sociais, quer culturais, através de uma empresa comum democraticamente controlada." Em 1995, a ACI textualizou em Manchester os valores cooperativos, integrando-os na identidade cooperativa, nos seguintes termos: "As cooperativas baseiam-se nos valores de autoajuda, responsabilidade individual, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Fiéis à tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas assumem os valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e altruísmo" (NAMORADO, 2009).

A Cooperativa de Rochdale é considerada um marco ao Cooperativismo e contribuiu significativamente por meio da elaboração de sete princípios, em suas reuniões, designada de Sala de Temperança, que posteriormente foram concebidos como princípios do Cooperativismo. Torna-se preponderante ressaltar que esses princípios que nortearam os valores da Economia Solidária, foram moldados ao longo dos anos (cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade¹⁹). O movimento cooperativista baseia-se nos seguintes princípios:

a) adesão livre (livre entrada ou saída de cooperados); b) gestão democrática (cada cooperado tem direito a um voto, não dependendo da quantidade de capital investido); c) taxa limitada de juros ao capital (as cooperativas não podem cobrar juros elevados sobre o capital investido, para os novos cooperados e podem ser distribuídas de forma igualitária aos associados e aplicar pelo menos 10% à cooperativa); e) neutralidade social e política (os integrantes da cooperativa não podem discriminar sobre nenhum aspecto os cooperados e impedir a adesão de novos cooperados); f) ativa cooperação entre as cooperativas (integração entre cooperativas locais, nacionais e internacionais); g) educação, capacitação e informação (constituição de um fundo para a educação e capacitação dos cooperados) (RECH, 2000 apud GOERCK 2006, p.19 a 20).

Livre acesso e adesão voluntária; controle, organização e gestão democrática; participação econômica dos seus associados; autonomia e independência; educação, capacitação e informação; cooperação entre cooperativas; compromisso com a comunidade sendo estes princípios baseados em valores morais, culturais e sociais, configurando o cooperativismo como uma ação articulada e coletiva (SINGER, 2002).

¹⁹ Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em 12 de novembro 2011.

Estes princípios originados pelos Precusores do Cooperativismo estão respaldados na solidariedade, na democracia, na aproximação da autogestão, na participação, na posse coletiva dos meios de produção, no processo de rotatividade de funções e na divisão de renda entre os associados que, de forma democrática, deveriam definir estratégias de repartição, de cooperação na produção e no trabalho, de compromisso com o desenvolvimento humano e local, e da preservação do meio ambiente. Mediante a operacionalização desses princípios nos processos de produção e gestão, os sujeitos possuem a possibilidade de elaborar as suas próprias regras no cotidiano de trabalho, bem como alcançar um novo patamar de empoderamento e participação social (GOERCK, 2006b).

O surgimento da Economia Solidária ocorre posteriormente ao Cooperativismo. Os princípios cooperativistas são ainda atualmente empregados pelas cooperativas, e imbuídas de uma nova filosofia que surgiu concomitantemente ao Cooperativismo, a Economia Solidária, como menciona Singer (2002).

O próximo subtítulo tratará sobre a Economia Solidária a partir da década de 70 do século XX. Em seguida será abordado como a Economia Solidária vem sendo gerenciada, explanar-se-á também, sobre o trabalho do profissional assistente social no fortalecimento de empreendimentos de geração de trabalho e renda.

2.2.2 Economia Solidária: uma alternativa?

Nas últimas décadas do século XX e no limiar do XXI, como já mencionado anteriormente, estão ocorrendo transformações relacionadas ao processo de trabalho. Essas alterações vêm gerando uma substituição dos trabalhadores, ou seja, da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2007). Assim, a atualidade exige a criação de alternativas de geração de trabalho e renda como fonte de subsistência aos sujeitos que, comumente, estão à margem do mercado formal de trabalho.

Reafirma-se que em meados do século XX e início do século XXI, ressurgem experiências/grupos associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma das possíveis formas de resistência da classe trabalhadora às manifestações

de desigualdade da questão social²⁰, entre elas, a falta de trabalhos formais (GOERCK, 2006a).

Para atender às demandas não supridas pelo sistema capitalista, desenvolvem-se pelo mundo, experiências que buscam romper com a lógica capitalista, dando lugar a outras formas de produção e organização do trabalho. Os empreendimentos de Economia Solidária²¹ desenvolvem-se neste contexto de transformações, como formas alternativas de geração de trabalho e renda protagonizados pelos indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho. Os valores da solidariedade, da ajuda mútua e da cooperação estão presentes neste contexto, e juntamente com as necessidades básicas de sobrevivência, fazem parte das relações sociais entre estes indivíduos, norteadas suas ações (GOERCK, 2006a).

[...] A economia solidária apresenta, fundamentada em uma globalização humanizadora, o projeto de criação de uma sociedade justa, racional e equilibrada, seguindo o caminho do processo de desenvolvimento sustentado e integrado para a geração de melhor qualidade de vida, não somente para seus associados/cooperativados (indivíduos), mas para todos os cidadãos e cidadãs do mundo (Arroyo; Schuch, 2006, p.38).

As ações baseadas nos valores da Economia Solidária podem ser consideradas uma das alternativas dos trabalhadores ante o acirramento da questão social, gerado pela III Revolução Industrial. É manifestada por cooperativas, associações, grupos de trabalho, entre outros, visando a geração de trabalho e renda, bem como a inclusão econômica e social da classe trabalhadora (GOERCK, 2006a).

No que se referem às terminologias, vários autores diferem em diversos conceitos como Economia Popular²², Economia Social²³, Economia Popular

²⁰ Conforme Barroco (2006, p. 83) “[...], a questão social não se refere apenas à existência de desigualdades, mas às formas históricas de seu equacionamento, em face do significado político das lutas proletárias”. Portanto, a questão social é composta pelas manifestações de desigualdade e resistência inseridas no modo de produção capitalista.

²¹ Os empreendimentos econômicos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade. Sua presença tem se verificado em setores da produção, prestação de serviços, comercialização e crédito (GAIGER, 2009, p.80).

²² “Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objetivo de assegurar a

Solidária²⁴, porém, a nomenclatura Economia Solidária tem sido a mais usada no Brasil, principalmente pelo Governo Federal, justificando a escolha pela utilização da mesma no presente trabalho. Sendo assim, Singer (2002), define a Economia Solidária como,

[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, não exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda (SINGER, 2002, p. 10).

Os empreendimentos de Economia Solidária possuem como forma de organização as cooperativas, as associações e os grupos informais, que possuem como intencionalidade a geração de trabalho e renda aos seus integrantes. A Economia Solidária vem configurando-se no Brasil, diante do processo de reestruturação do capital, como uma das alternativas de trabalho. Conforme o Atlas da Economia Solidária (2005 - 2007, p. 11) a Economia Solidária é compreendida como “[...] o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária”. Esse conjunto de ações é efetivado por meio de empreendimentos de geração de trabalho e renda ou também intitulados como Empreendimentos Econômicos Solidários. Portanto, pode-se definir, segundo o Atlas de Economia Solidária, tais organizações como,

reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis. Diz respeito às estratégias populares de trabalho e sobrevivência, entendidas como a arte de criar condições favoráveis para satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como imateriais. A economia popular refere-se a uma forma de produzir, distribuir e consumir bens e serviços que transcende a obtenção de ganhos monetários, vinculando-se estreitamente à reprodução ampliada da vida (e não do capital) e tendo como horizonte a satisfação de valores de uso e a valorização do trabalho e dos seres humanos (LAVILLE; GAIGER, 2009, p.150).”

²³ “remete àquelas atividades econômicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem democracia econômica associada à utilidade social. Ampliando-se o escopo de significados, pode-se agregar a essa definição o conceito de solidariedade (HESPANHA, 2009, p.156).”

²⁴ “As experiências coletivas de Economia Popular Solidária configuram-se pelo conjunto das experiências, atividades e organizações econômicas agregam características dos empreendimentos populares e dos empreendimentos solidários, [...], ou seja, na Economia Popular Solidária encontramos aspectos de solidariedade em empreendimentos organizados pela Economia Popular, para a obtenção de geração de renda por meio do trabalho coletivo entre os sujeitos (GOERCK, 2009b, p. 92).”

- Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.
- Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.
- Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de se da organização.
- São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2009, p. 18).

Salienta-se a diversidade de características dos empreendimentos econômicos solidários, bem como se ressalta o aumento significativo dessas ações voltadas a Economia Solidária. Conforme o Mapeamento da Economia Solidária do Brasil²⁵ foi identificado 21.859 (vinte um mil oitocentos e cinquenta e nove) Empreendimentos Econômicos Solidários em 53% dos municípios brasileiros, sendo que deste total, 2.085 (dois mil e oitenta e cinco) estão localizados no estado do Rio Grande do Sul e 08 (oito) no município de São Borja. Em relação à forma de organização, no Brasil a maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (52%), seguida dos Grupos Informais (36,5%), Organizações Cooperativas (10%) e outras formas de organização (1,5%) (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2009).

²⁵ Mapeamento da Economia Solidária do Brasil realizado com o objetivo de proporcionar a visibilidade e a articulação da Economia Solidária e de oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas. A gestão do SIES é feita de forma participativa, envolve SENAES por meio do Departamento de Estudos e Divulgação, representações do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, além de órgãos ou entidades governamentais por meio de pesquisas e estatísticas, como a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA.

Torna-se preponderante salientar que no ano de 2010 foi realizado um novo mapeamento, porém os resultados do mesmo ainda não foram publicados.

Em relação à criação dos empreendimentos, os cinco principais motivos de criação dos EES são: alternativa ao desemprego (46%), complemento da renda dos sócios (44%) e obtenção de maiores ganhos (36%), possibilidade de gestão coletiva da atividade (27%) e condição para acesso a crédito (9%). Quanto à origem dos recursos para constituição dos EES, a maior parte dos empreendimentos, cerca de 65%, iniciaram suas atividades a partir de recursos dos próprios(as) associados(as), a segunda maior fonte de recursos veio por meio de doações (22%) e 13% dos empreendimentos de geração de trabalho e renda iniciaram suas atividades a partir do empréstimos de recursos (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2009). Ressaltaram-se as características anteriores objetivando a reflexão acerca do crescimento e particularidades dos empreendimentos, além da conscientização da importância que essa divulgação pode trazer no sentido de fortalecer a Economia Solidária no Brasil.

Estas experiências de organização dos trabalhadores, que procuram romper com a lógica excludente do modo de produção capitalista, têm se mostrado viáveis e se expandido em nível mundial, ainda conforme o Atlas da Economia Solidária (2009) estão associados aos empreendimentos econômicos solidários mais de 1 milhão e 650 mil trabalhadores, entre homens e mulheres. Percebe-se também a relevância dessas ações por meio dos diversos fóruns, conferências e feiras voltadas ao debate, reflexão e exposição referente à Economia Solidária²⁶.

Deste modo, algumas características são inerentes e se complementam na Economia Solidária, sendo elas: a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica e a solidariedade.

a) Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares. b) Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de

²⁶ Referente a isso se pode destacar a SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária, o Fórum Nacional de Economia Solidária, Fórum Estadual de Economia Solidária, a Conferência Nacional de Economia Solidária, Feira Nacional de Economia Solidária, entre outros, considerados espaços de articulação da sociedade a respeito desse tema.

autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação. c) Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais. d) Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (MTE, 2011, p. 01).

Essas características da Economia Solidária vêm sendo moldadas e aplicadas desde o seu surgimento, mas é importante perceber como esses elementos citados devem estar interligados na ação dos trabalhadores inseridos em experiências de Economia Solidária, como os profissionais que os assessoram²⁷.

Pois, são essas características que vão diferenciar fundamentalmente a filosofia criada pela Economia Solidária da Capitalista. Não basta apenas ter uma das características da Economia Solidária bem trabalhada, tem que haver como norte, algo a ser trabalhado e alcançado na totalidade: a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica e a solidariedade. Tendo a consciência de que se isso não for efetivado, a Economia Solidária poderá servir enquanto instrumento do próprio capital, reproduzindo um trabalho informal e precarizado, como ferramenta para amenizar as desigualdades sociais advindas das contradições da sociedade capitalista, da relação capital versus trabalho.

Ressalta-se ainda, que o movimento econômico solidário contém diversas possibilidades e potencialidades, como: a ocupação dos nichos de mercado, através da diferenciação do produto, criatividade, inovações, cooperação e eficiência no trabalho, existência de um ambiente social saudável, por meio da troca de experiências e a cooperação, fortalecimento da auto ou mútua estima, gestão

²⁷ Nesta perspectiva, ressalta-se a importância do trabalho realizado pelas instituições de apoio e fomento – Incubadoras, Organizações ligadas ao Movimento Sindical, ONG's, OSCIP'S, entre outras –, bem como a contribuição do profissional assistente social por meio da garantia de acesso a direitos fundamentais, a informação, capacitação, acesso a políticas públicas.

transparente e democrática, ambiente de trabalho gratificante, recompensa econômica, social e moral, motivando os membros e fortalecendo os laços solidários, articulação crescente em redes de informação, produção, troca, comercialização e consumo, que se concretizam nas feiras de divulgação, troca e outros espaços permanentes de comercialização, auxílio na subsistência material, complementação da renda familiar, concretizam uma relação mais consciente de convivência e cuidado com a natureza, contribui para o fortalecimento da vida comunitária, bem como para a qualificação técnica e profissional por meio da educação, capacitação continuada (BERTUCCI; SILVA, 2003).

Porém como em qualquer outro segmento, as experiências possuem também limitações e dificuldades. Conforme o mapeamento realizado constatou-se quanto às principais dificuldades enfrentadas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil, estão relacionados a comercialização, cerca de 72%, sendo que 56% referente a dificuldade de acesso a crédito e 28% dos empreendimentos não tiveram acesso a acompanhamento, apoio ou assistência técnica (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2009). Tem-se também enquanto desafios e limitações, a fragilidade da organização frente ao neoliberalismo, o enfraquecimento do empreendimento devido a falta de articulação, de aliança com outros setores da sociedade, a dificuldade de articular a viabilidade econômica com a formação da consciência e a participação política, recursos financeiros insuficientes relacionado com a dificuldade de auto sustentação, falta de amparo por parte da legislação referente a proteção social dos sujeitos envolvidos nos empreendimentos econômicos solidários (BERTUCCI; SILVA, 2003).

Além dessas dificuldades percebe-se a falta de linhas de créditos apropriadas, sendo que a existência de muitos grupos solidários informais dificulta o grupo no processo de viabilidade econômica, pois, a constituição jurídica se caracteriza como uma das condições básicas para o acesso ao crédito, impedindo a expansão do empreendimento e, conseqüentemente, reduzindo as oportunidades de desenvolvimento socioeconômico Dos empreendimentos (GAVIRAGHI, 2010).

Um dos principais limites que os grupos econômicos e solidários encontram é a inexistência de um “padrão de financiamento apropriado ao desenvolvimento da Economia Solidária”. O sistema bancário tradicional tem como propósito um sistema que está distante dos pressupostos éticos da Economia Solidária, necessitando, assim, de linhas de financiamentos

próprias (cooperativas comunitárias, créditos populares), às quais são adequadas ao modo de produção não-capitalista (POCHMANN, 2004, p. 31).

Além disso, existem limitações como a falta de legislação e informalidade dos empreendimentos, ou seja, são grupos não-regulamentados²⁸. Esta informalidade está ligada muitas vezes à precariedade dos empreendimentos, que por falta de apoio não conseguem se instituir como associação, ou pelo número de encargos não podem se constituir como cooperativa (GAVIRAGHI, 2010).

A economia solidária representa a reformatação da lógica mercantilista em uma lógica econômica que liga o econômico e o social: ela é uma economia dinâmica e inovadora que, simultaneamente, pode possibilitar uma reforma social, na direção de uma outra sociedade, ambientalmente mais sadia e socialmente mais justa. No entanto, ainda que necessários, os valores da autonomia, cooperação, democracia ou mesmo do consumo solidário, não são suficientes para quebrar o espírito capitalista. É o desafio ético, de construir novos estilos de vida, de assumir a prática do consumo solidário, exercitando uma economia que articula eficiência com suficiência (LISBOA, s/d).

Para auxiliar na concretização dos objetivos de um empreendimento econômico solidário baseado nos valores da Economia Solidária, existem no Brasil cerca de 1.120 (Um mil cento e vinte) entidades de apoio, assessoria e fomento à Economia Solidária (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2009). Devido a sua relevância, no subitem seguinte, serão abordados as características, limites e contribuições destas Organizações.

2.2.3 Instituições de apoio e fomento à Economia Solidária

A Economia Solidária compreende atualmente um considerável universo de experiências empreendedoras solidárias, bem como entidades de apoio e fomento,

²⁸ Configura-se nas experiências que não têm o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), não possuem um estatuto e nem uma organização formal, não dispendo de um registro legal (GAVIRAGHI, 2010).

como se observou anteriormente por meio dos dados obtidos no SIES²⁹ – Sistema de Informações em Economia Solidária. As entidades de apoio, assessoria e fomento à Economia Solidária constituem-se nas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto aos empreendimentos econômicos solidários, das quais podemos destacar o trabalho de assessoria, incubação, capacitação, assistência técnica, organizativa, de planejamento e acompanhamento (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2009).

No final do século XX e início do XXI, experiências coletivas que efetivam a geração de trabalho e renda, tanto no meio urbano como rural, estão sendo suscitadas novamente pelas manifestações de desigualdade da questão social e potencializados pelo Estado brasileiro, por meio de políticas públicas e legislações, em parceria com a sociedade civil, através de instituições sociais, setores governamentais e incubadoras universitárias. Conforme expresso no site do MTE,

No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional (MTE, 2010).

O debate contemporâneo em torno do terceiro setor, da economia solidária, das mais diversas formas de organização não-governamentais da sociedade civil tem buscado alternativas de ações sociais voltadas para a inclusão de populações excluídas pelo sistema vigente (GOERCK, 2006a). Ressalta-se, ainda, que esses empreendimentos coletivos necessitam de instituições de apoio, políticas e programas sociais que os assessorie e os financie, visando as suas permanências e viabilidades econômicas no mercado.

²⁹ Mapeamento desenvolvido pela SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Nessa perspectiva, podem-se ressaltar algumas entidades que apoiam e fomentam ações com base nos pressupostos da Economia Solidária, das quais podemos exemplificar por meio do trabalho realizado pelas Prefeituras Municipais, ONG's, Universidades, as Incubadoras Universitárias³⁰, a Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS³¹ e a Fundação Unitrabalho³², igrejas, Cáritas³³ (Órgão de Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB), Movimento de Ação e Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, instituições público-privadas como o Centro de Formação Teresa Verzeri³⁴, entre outros. Organizações que realizam ações de apoio e fomento junto aos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, associações, Cooperativas, ou seja, empreendimentos econômicos solidários.

Estas entidades de apoio contribuem com o fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários por meio de ações como: incubação, fomento, apoio, formação, capacitação e qualificação, assessoria e assistência técnica, finanças solidárias e acesso a crédito, apoio à organização da

³⁰ As Incubadoras têm como objetivo assessorar empreendimentos de geração de trabalho para que os mesmos possam ter viabilidade econômica, social e cultural frente ao sistema econômico opressor e desigual, que é o sistema capitalista. Além do que, os espaços das Incubadoras possibilitam ações que visam a Economia Solidária, possibilitando a inserção de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, por meio da profissionalização e capacitação dos mesmos (GOERCK, 2006b).

³¹ Missão: promover a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimento autogestionário, buscando a geração de trabalho e renda, através da organização econômica, social e política dos trabalhadores, inseridos num processo de desenvolvimento sustentável e solidário. Disponível em: <<http://www.ads.org.br/index.asp>>. Acesso em 21 de dezembro de 2011.

³² É uma rede universitária nacional que agrega, atualmente, 92 universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil. Constitui-se juridicamente na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos. Foi criada, em 1996, com o objetivo de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm com os trabalhadores. Sua missão se concretiza por meio da parceria em projetos de estudos, pesquisas e capacitação. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/paginas/institucional.html>>. Acesso em 21 de dezembro de 2011.

³³ (Organismo da Conferência dos Bispos no Brasil) possui um papel fundamental junto às experiências populares. Desde sua criação a Cáritas Brasileira tem apoiado as ações de caráter associativo e cooperativo de grupos comunitários. A partir da década de 80, com o desenvolvimento dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), foram introduzidos novos significados e perspectivas para essa ação: tratava-se de apoiar pequenas iniciativas associativistas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas através da solidariedade. O PAC é constituído por três tipos de projetos: projetos assistenciais (agem para atenuar o grau de miséria e propiciar condições básicas de sobrevivência dos sujeitos, tendo um caráter mais pontual e imediatista), projetos de promoção humana (almejam melhorar as condições de vida dos sujeitos, e geralmente se direcionam a atividades econômicas subsidiárias, não essenciais para a sobrevivência material dos trabalhadores, possuindo um aspecto político-social) e, por último, projetos alternativos (constituem iniciativas de geração de trabalho e renda, com dimensões de viabilidade econômica e continuidade, evidenciando a qualificação técnica e o planejamento de experiências populares) (BERTUCCI; SILVA, 2003).

³⁴ O Centro de Formação dispõe de um programa composto por uma série de atividades de cunho socioeducativo e de proteção, que buscam assegurar a solidificação dos direitos de cidadania referentes a vida, saúde física e emocional, alimentação, educação, esporte, lazer, cultura e dignidade. Diante deste propósito a instituição oportuniza a continuidade ao atendimento assistencial, oferecendo os recursos físicos, materiais, humano e técnico através dos seguintes programas desenvolvidos: ações complementares à escola, preparação ao mercado de trabalho e Geração de Trabalho e Renda, baseados nos princípios da Economia Solidária (GRASS, 2007b).

comercialização, acesso a pesquisas e tecnologias sociais, comunicação e campanhas, divulgação, marcos regulatórios apropriados à Economia Solidária (reconhecimento, formalização, tributação e acesso às políticas públicas), fortalecimento de fóruns e redes de Economia Solidária. Tendo como finalidade a difusão de conhecimento sobre os processos, a serviço dos interesses dos trabalhadores; manutenção e geração de trabalho e renda, através de projetos viáveis economicamente. Visa, ainda, propiciar a qualificação profissional; desenvolver a autonomia e ações solidárias entre os trabalhadores; legalizar as empresas autogestionárias ou de cogestão participativa; viabilizar técnicas de gestão e representar as empresas autogestionárias (DAMASCENA, 2010).

2.3 Trabalho do Assistente Social enquanto agente fomentador de Empreendimentos Econômicos Solidários

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de Empreendimentos Econômicos Solidários como cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (NASCIMENTO, 2007).

Os empreendimentos e/ou projetos solidários de geração de trabalho e renda permitem difundir uma nova possibilidade de organização coletiva e solidária, mais democrática e igualitária de organizar atividades econômicas, possibilitam a inclusão de categorias rejeitadas pelo capital, tais como: mulheres, jovens, adultos acima dos 40 anos, entre outros (NASCIMENTO, 2007). Além disso, permitem que essas possam capacitar-se para o mercado de trabalho ou criar seus próprios empreendimentos, numa visão mais igualitária e solidária. Os empreendimentos tem significado uma resposta viável à situação dos indivíduos envolvidos, mas principalmente constituem-se uma forma de inclusão social e um meio para reconstituição crescente da vida individual e coletiva.

Porém percebe-se que as ações de geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária podem configurar-se tanto como uma forma de resistência às desigualdades sociais e econômicas, como elemento de reprodução ampliada de uma força de trabalho informal e desqualificada (SILVA, 2002), tendo também diversos desafios e limitações, como a fragilidade da organização frente ao neoliberalismo, o enfraquecimento do empreendimento devido a falta de articulação, de aliança com outros setores da sociedade, a dificuldade de articular a viabilidade econômica com a formação da consciência e a participação política, recursos financeiros insuficientes relacionado com a dificuldade de auto sustentação, falta de amparo por parte da legislação referente a proteção social dos sujeitos envolvidos nos empreendimentos econômicos solidários.

O futuro da economia solidária pressupõe o desenho de uma estratégia de inclusão social, capaz de combinar o fortalecimento de medidas comprometidas com a redistribuição de renda e com caminhos de emancipação social, política e econômica. Sem isso, todavia, os limites de superação da fase inicial da economia solidária no Brasil permanecerão expressivos (POCHMANN, 2004, p.32).

Faz-se necessário aperfeiçoar formas de controle social para superar algumas situações e expressões que reproduzem os ideais do sistema capitalista. As ações do profissional assistente social podem estar voltadas a viabilização de programas e projetos de qualificação e formação profissional, aliadas ao processo de conscientização e fortalecimento da organização, através da participação dos sujeitos em ações educativas e reflexivas acerca da experiência e dos valores fundamentais, necessários para o fortalecimento, viabilidade e sustentabilidade das experiências. O profissional precisa ter consciência e na intencionalidade de sua ação a busca pelo fortalecimento das experiências e o comprometimento com a autonomia³⁵ dos sujeitos (NASCIMENTO, 2007).

O Serviço Social é uma profissão que está inserida na divisão sócio técnica do trabalho, sendo considerada como uma especialização do trabalho, assumindo como objeto de trabalho a questão social e suas manifestações. Questão social que se configurando enquanto desigualdades é também rebeldia, por envolver sujeitos

³⁵ A noção de autonomia envolve a capacidade de opinar, escolher, decidir e agir intencionalmente, mediante suportes oferecidos, capacidades construídas, situações refletidas, informadas, debatidas, devendo ser esses os objetivos da educação que visa à emancipação (TEIXEIRA, 2010).

que vivenciam as expressões da desigualdade e a elas resistem (IAMAMOTO, 2007).

O trabalho profissional dos assistentes sociais é realizado comumente com os segmentos sociais vulnerabilizados, que sofrem as manifestações da questão social [...] quando o assistente social intervém no real com essas demandas, entretanto tem como intencionalidade a superação ou a transformação dessa realidade. As experiências que constituem a Economia Popular Solidária, também surgem como formas de resistência dos sujeitos às manifestações da questão social. Faz-se necessário, no entanto que o assistente social articule os empreendimentos que constituem a Economia Popular Solidária, com sua respectiva política pública, bem como com as demais políticas sociais. Desse modo, o assistente social não pode se ater somente aos aspectos pontuais dos empreendimentos populares, mas deve realizá-lo de modo a compreender os aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e ideológicos, tendo consciência que o seu trabalho está incluso na totalidade e no real (GOERCK, 2006b, p.50).

Dessa forma, a partir da intencionalidade de fortalecer os empreendimentos e contribuir para a autonomia destes trabalhadores, faz-se necessário abordar, de forma basilar, a instrumentalidade utilizada e alguns elementos constitutivos do trabalho profissional dos assistentes sociais, que norteia o processo de trabalho e contribuem para a efetivação de seus objetivos.

Pode-se referir como instrumentos e técnicas utilizados pelos assistentes sociais nos empreendimentos coletivos, com os trabalhadores e seus familiares: a realização de reuniões; assembleias; dinâmicas de grupo; entrevistas; elaboração de estudos sociais; realização de visitas domiciliares; realizações de oficinas, dentre outros (GOERCK, 2006, p. 51).

Torna-se relevante salientar que para que o profissional intervenha junto às experiências econômicas solidárias e em outros segmentos, é necessário que num primeiro momento realize-se um estudo investigativo, ou seja, um diagnóstico acerca da realidade a qual se pretende intervir. Após esta análise da realidade, o profissional pode e deve intervir na perspectiva de contribuir para com essas experiências, norteando suas ações em alguns objetivos, dos quais citamos:

[...] apoiar a inserção social dos trabalhadores e seus familiares em ações e empreendimentos de Economia Solidária; assessorar os empreendimentos coletivos, com vistas a fortalecer os vínculos solidários, a participação e o estabelecimento de relações democráticas entre os trabalhadores; contribuir com os empreendimentos coletivos com vistas a legitimar e dar visibilidade às experiências de Economia Solidária; desencadear reflexões sobre os Princípios do Cooperativismo e suas possíveis operacionalizações; colaborar com a organização da população usuária e com o planejamento de suas ações; desenvolver estratégias que colaborem para o relacionamento interpessoal dos trabalhadores (respeitando as suas diferenciações); promover a acolhida dos trabalhadores e seus familiares; desenvolver a orientação e apoio sócio familiar; desenvolver articulação de seu trabalho juntamente com profissionais de outras áreas de saber prospectando a intervenção do serviço social de forma interdisciplinar; proporcionar articulação com a política de assistência social, de trabalho e desenvolvimento econômico, bem como de geração de trabalho e renda (GOERCK, 2006b, p. 52-53).

Nesta perspectiva, o Serviço Social por meio de sua ação interventiva pode contribuir com as experiências de geração de trabalho e renda, pois visa à autonomia destes trabalhadores diante dos processos de trabalho e o fortalecimento destes empreendimentos coletivos, pois possui o compromisso ético-político na ampliação e consolidação da cidadania, e como princípios, o posicionamento a favor da igualdade e da equidade social, opção por um projeto social, vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero (CRESS, 2007).

3. CONTEXTUALIZANDO O ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL: CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI

Este capítulo propõe apresentar o Centro de Formação Teresa Verzeri, que se constitui em uma instituição de caráter público-privado que presta serviços de assistência social a comunidade são-borjense. Este espaço sócio-ocupacional configurou-se em um campo de estágio, no qual se realizou o Estágio Supervisionado em Serviço Social da acadêmica. Por conseguinte abordar-se-á um breve histórico da Instituição, o trabalho do assistente social e o seu objeto de intervenção e as expressões da questão social.

3.1 Centro de Formação Teresa Verzeri: perspectiva histórica e a inserção do Serviço Social

O Centro de Formação Teresa Verzeri (CFTV) acompanhou as transformações ocorridas em nossa sociedade³⁶, tornando-se primordial

³⁶A emergência e institucionalização do Serviço Social como especialização do trabalho ocorre nos anos 20 e 30, sob influência católica europeia. Com ênfase nas idéias de Mary Richmond e nos fundamentos do Serviço Social de Caso, a técnica está a serviço da doutrina social da Igreja. Surge pela iniciativa de grupos sociais, em maioria femininos, vinculados a Igreja Católica, cuja origem social pode ser localizada na burguesia e aristocracia agrárias da época, e caracterizava-se por ações de cunho caritativo e assistencialista, executados pelas damas de caridade da época (ESTEVÃO, s/d).

No final da década de 30, quando se desencadeou no Brasil o processo de industrialização e urbanização, surgiram as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, sendo que em 1936, mesmo ano em que foi fundado o Centro de Formação Teresa Verzeri, foi instituída a primeira Escola de Serviço Social do Brasil em São Paulo.

Nos anos 40 e 50 o Serviço Social brasileiro recebe influência norte-americana. Marcado pelo tecnicismo bebe na fonte da psicanálise, bem como da sociologia de base positivista e funcionalista/sistêmica. Sua ênfase está na idéia de ajustamento e de ajuda psicossocial. Neste período há o início das práticas de Organização e Desenvolvimento de Comunidade, além do desenvolvimento das peculiares abordagens individuais e grupais. Com a supervalorização da técnica, considerada autônoma e com base na defesa da neutralidade científica, a profissão se desenvolve através do “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de Comunidade”. Nos anos 60 e 70 há um movimento de renovação na profissão, que se expressa em termos tanto da reatualização do tradicionalismo profissional, quanto de uma busca de ruptura com o conservadorismo (ESTEVÃO, s/d). Acompanhando as transformações societárias, o Serviço Social reatualizou-se e foi regulamentado pela Lei nº 8.662 de 1993. Neste mesmo ano, a categoria institui um novo Código de Ética, expressando o “horizonte” do Projeto Ético-Político da profissão, comprometido com a democracia e acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos.

contextualizar sobre o histórico da Instituição na qual foi realizado o Estágio Supervisionado em Serviço Social.

O Centro de Formação foi fundado em 1936, pela Madre Maria Antônia Perini, na Escola Sagrado Coração de Jesus, localizado no Município de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como objetivo inicial cuidar de meninas pobres, principalmente as em situação de abandono pelos pais (GRASS, 2007b).

A Instituição durante o período de 1936³⁷ a 1986 denominava-se Lar da Menina Sagrado Coração de Jesus e atendia em regime de internato meninas desprovidas da convivência familiar (GRASS, 2007b).

Em função de mudanças organizacionais devido às prerrogativas da política pública de educação³⁸, a partir do ano de 1987, o atendimento passou a ser feito no turno inverso à escola, continuando a ser direcionado a meninas (GRASS, 2007b).

No contexto de mudanças e efetivação dos direitos por meio da Constituição de 1988, a Instituição inicialmente de caráter caritativo passa a organizar suas atividades socioassistenciais³⁹ na perspectiva de direito. No ano de 2000 reordenou suas ações em atenção ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), e passou a atender crianças e adolescentes de ambos os sexos favorecendo assim, a formação integral e a inclusão social. Dessa forma, decidiu-se pela denominação Centro de Formação Teresa Verzeri. O atendimento continua sendo no turno inverso à escola e incrementado pela oferta de oficinas e cursos extensivos às famílias dos educandos da Instituição e comunidade em geral (GRASS, 2007a).

O eixo central do trabalho realizado no CFTV é o processo de formação para a Cidadania, que estimula os educandos e suas famílias em conjunto com os educadores, buscando espaços para sua formação humano-cristã e com atividades pedagógicas e lúdicas, conhecer seus direitos e deveres na sociedade (GRASS, 2007b).

O CFTV tem como objetivo fundamental acolher e educar para o pleno exercício da cidadania, crianças, adolescentes, jovens e famílias. Visando despertar suas potencialidades para os valores humanos, sociais e espirituais com interesse

³⁷ Ano em que foi fundada em São Paulo a primeira escola de Serviço Social no Brasil. (MANRRIQUE, 2006)

³⁸ Configurou-se a partir de então, como ação complementar a escola, realizando o atendimento em turno inverso ao escolar.

³⁹ "Os serviços, programas, projetos de atenção às famílias e indivíduos poderão ser executados em parceria com as entidades não-governamentais de assistência social, integrando a rede socioassistencial" (BRASIL, 2004, p.27).

por atividades que viabilizem a criatividade e a rentabilidade para o futuro, integrando a família, o Centro de Formação e a comunidade para viabilizar a qualidade de vida dos sujeitos (GRASS, 2007b).

As ações complementares⁴⁰ visam ampliar o universo cultural de famílias, crianças e adolescentes, desenvolvendo a sociabilidade, conhecimentos, fazeres, valores e habilidades exigidas na via cotidiana, através de atividades lúdico-pedagógicas, culturais e esportivas.

Conforme as informações contidas no Regimento do Centro de Formação Teresa Verzeri, o atendimento educacional é composto pelas seguintes oficinas: Oficina Lúdica Pedagógica, que proporciona ao educando vivenciar através do aprender brincando a desenvolver competências para um melhor desempenho escolar; Oficina Cultural, que disponibiliza meios para que os educandos consigam maior integração e autoconhecimento, desenvolvendo habilidades e competências para o seu crescimento, considerando sua cultura e Oficina Esportiva, esta que possibilita o desenvolvimento holístico do educando, o tornando capaz e competitivo, levando-o a compreender que o corpo expressa valores, emoções, participando de atividades lúdicas.

Para a concretização de seus objetivos, o CFTV conta com uma equipe técnica composta por assistente social, psicólogo, nutricionista, pedagogo, educador social, tesoureira, recepcionista, auxiliar administrativo e auxiliar de serviços gerais, (GRASS, 2007b)

O Centro de Formação Teresa Verzeri, atualmente, atende 168 crianças e adolescentes no turno inverso à escola, desenvolvendo oficinas pedagógicas, culturais e lúdicas a fim de complementar as ações de desenvolvimento cognitivo incentivadas pela Escola, com ações sustentadas na busca do desenvolvimento integral do cidadão. Ressalta-se que se caracteriza como uma instituição privada sem fins lucrativos, que desenvolve a política pública de assistência social⁴¹ em prol

⁴⁰ O Centro de Formação dispõe de um programa composto por uma série de atividades de cunho sócio-educativo e de proteção, que buscam assegurar a solidificação dos direitos de cidadania referentes à vida, saúde física e emocional, alimentação, educação, esporte, lazer, cultura e dignidade. As atividades oferecidas aos educandos do CFTV compreendem as seguintes Oficinas:

- Oficinas Lúdicas pedagógicas: Apoio Pedagógico, Espiritualidade, Brincarte, Informática lúdica, Inclusão digital, Educação Ambiental, Terapia de Grupo, Oficina Cultura de Paz.

- Oficinas esportivas: Ginástica Rítmica, Ginástica olímpica.

- Oficinas culturais: Dança e cultura Gaúcha, Música Instrumental, Coral.

⁴¹ A PNAS situa a Assistência Social como Proteção Social não contributiva, apontando para a realização de ações direcionadas para proteger os cidadãos contra riscos sociais inerente aos ciclos de vida e para o atendimento de necessidades individuais ou sociais (COUTO, 2010, p. 41).

de crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social. Nesta perspectiva, a instituição enquanto entidade prestadora de assistência social pertence à rede de atendimento de proteção social⁴² à criança e ao adolescente, efetivando seu atendimento na rede de proteção social básica⁴³, visando “não só como prestadora complementar de serviços socioassistenciais, mas como, co-gestoras através dos conselhos de assistência social e corresponsáveis na luta pela garantia dos direitos sociais dos usuários” (BRASIL, 2004).

A Instituição efetiva suas ações em favor do enfrentamento da realidade de desigualdades sociais dos sujeitos atendidos, e em prol da garantia dos direitos sociais dos mesmos. Para a efetivação desses objetivos e desenvolvimento das ações, a inserção do assistente social no Centro de Formação Teresa Verzeri tornou-se fundamental, devido a sua atitude investigativa (FRAGA, 2010), assumindo o compromisso ético, respeitando as legislações vigentes, desenvolvendo com qualidade os serviços prestados em prol do bem-estar social dos usuários.

3.2. O trabalho do assistente social no Centro de Formação Teresa Verzeri

O Centro de Formação Teresa Verzeri, em São Borja caracteriza-se por ser uma organização não governamental que atua na atenção a crianças e adolescentes em situação de risco visando a defesa e garantia de seus direitos. O propósito institucional visa em conformidade ao artigo 4º do Estatuto da Criança e Adolescente à formação integral e a inclusão social através da Educação, na perspectiva de assegurar os direitos à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, e a convivência familiar e comunitária.

⁴² “A proteção social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações sociais” (JACCOUD, 2009, p.58).

⁴³ A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2004).

Neste sentido, objetivando assegurar o desenvolvimento e proteção integral da criança e do adolescente, em situação de vulnerabilidade social, garantindo, assim, seus direitos fundamentais, bem como oportunizando a família o fortalecimento da função primordial de proteção, segurança e socialização de seus membros, o Centro de Formação oferece modalidades de ações complementares como o Apoio Socioeducativo, Apoio Socioeducativo em Meio Aberto, Orientação e Apoio Sócio Familiar, preparação ao mercado de trabalho e Geração de Trabalho e Renda, baseados nos princípios da Economia Solidária⁴⁴ (GRASS, 2007b).

O profissional assistente social atua em diversos espaços sociocupacionais, como por exemplo, em entidades públicas, tais como: prefeituras, Judiciário, Ministério Público, escolas, albergues, abrigos, sistema carcerário, hospitais, e também em entidades privadas: empresas de serviços, de comércio, de indústria. No denominado terceiro setor, poderá atuar em entidades socioassistenciais, associações de moradores, Organizações Não Governamentais — ONGs, entidades público-privadas como o Centro de Formação Teresa Verzeri. Além disso, poderá atuar também nas áreas de ensino e pesquisa, de maneira autônoma, com assessoria e consultoria em projetos de gestão e planejamento social. Diante desse amplo leque de possibilidades de atuação profissional, a categoria pauta-sena Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, no Código de Ética Profissional, demais legislações vigentes que estabelecem as balizas para ação profissional (FRAGA, 2010).

A atuação do Serviço Social no Centro de Formação Teresa Verzeri inseriu-se no ano de 2000, quando se sentiu a necessidade de reordenar as atividades da instituição, em prol de assegurar os direitos fundamentais, de forma a atender as reais necessidades da população são-borjense. No ano anterior foi feito um diagnóstico pela assistente social e verificou-se que deveriam ser feitas mudanças⁴⁵ no que tange ao trabalho desenvolvido no CFTV. Dessa forma, no ano 2000, a assistente social foi designada para exercer suas funções na Instituição em São Borja, marcando o início de uma nova etapa da Instituição, com ações voltadas à perspectiva de direito e não mais como forma de caridade.

⁴⁴ A Economia Solidária pode ser considerada uma das alternativas dos trabalhadores ante o acirramento da questão social, gerado pela III Revolução Industrial. É manifestada por cooperativas, associações e grupos de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses trabalhadores (GOERCK, 2009b).

⁴⁵ Em relação a isso, torna-se relevante ressaltar que as ações da Instituição passaram a ser totalmente baseadas nas legislações vigentes, na perspectiva de atendimento a sujeitos de direito.

Com a chegada da profissional assistente social à instituição, foi feito um replanejamento das atividades até então desenvolvidas, passando a atender e seguir os objetivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, reestruturando o atendimento à crianças e adolescentes de ambos os sexos.

No mesmo ano também houve a implantação do modelo de fichas socioeconômicas, estabelecendo assim, certa seletividade, dando prioridade de atendimento aos sujeitos em situação de vulnerabilidade social⁴⁶. Possibilitou-se também a profissionalização do quadro de colaboradores internos e a contratação de uma equipe multiprofissional, organizando as atividades através de Planos de atividades elaborados especialmente para cada oficina, bem como a elaboração de planos de trabalho e diário de bordo para cada profissional da Instituição, visando a qualificação do trabalho realizado. A partir disso passou-se a ter um olhar de Gestão Social, conforme Maia (2005),

Compreendemos gestão social como um conjunto de processos sociais com potencial viabilizador do desenvolvimento societário emancipatório e transformador. É fundada nos valores, práticas e formação da democracia e da cidadania, em vista do enfrentamento às expressões da questão social, da garantia dos direitos humanos universais e da afirmação dos interesses e espaços públicos como padrões de uma nova civilidade. Construção realizada em pactuação democrática, nos âmbitos local, nacional e mundial; entre os agentes das esferas da sociedade civil, sociedade política e da economia, com efetiva participação dos cidadãos historicamente excluídos dos processos de distribuição das riquezas e do poder (MAIA, 2005, p.16).

No ano de 2001 o atendimento continuou sendo realizado no turno inverso à escola, mas aprimorado com a oferta de atividades extensivas as famílias dos educandos e a comunidade são-borjense.

Atualmente o Centro de Formação Teresa Verzeri dispõe de duas (2) profissionais Assistentes Sociais, e durante o período de agosto de 2010 à julho de 2011, com cinco (5) estagiárias do Curso de Serviço Social da Universidade Federal

⁴⁶ A PNAS (2004) descreve como situação de vulnerabilidade social as decorrentes da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

É importante salientar que atualmente para a inserção dos educandos na Instituição, além da baixa renda, também pode-se inserir crianças e adolescentes que tenham os pais ou responsáveis trabalhando e não tem com quem deixar os filhos, configurando-se em uma situação de risco.

do Pampa, campus São Borja, sendo que à uma das estagiárias foi concedida a oportunidade de continuar seu processo de formação e intervenção, configurando-se em um estágio extracurricular. Oportunidade única do exercício da prática profissional, sob a supervisão de duas profissionais que auxiliam nesse processo.

Ressalta-se a importância da Instituição enquanto espaço de acesso a direitos, com uma equipe interdisciplinar que qualifica o atendimento à crianças, adolescentes e suas famílias, destacando-se a atuação do serviço social enquanto profissional executor na garantia desse acesso, mas não somente, configura-se também componente fundamental na formulação, gestão e planejamento das ações desenvolvidas, tendo como referência as diretrizes bases do Serviço Social, sobretudo os valores e princípios do Código de Ética Profissional, as atribuições e competências asseguradas na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/1993), na Resolução CFESS 493/06 e nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (CFESS, 2009).

3.2.2 O Trabalho do Assistente Social e o objeto de intervenção

O Serviço Social, afirma-se como uma “especialização do trabalho coletivo” no qual, se produz e reproduz as relações sociais do modo de produção capitalista (IAMAMOTO, 2008), ou seja, se propõe a trabalhar no desvelamento e na ação das composições das relações sociais. Conforme a compreensão em relação ao perfil profissional, as Diretrizes Curriculares da profissão dispõe,

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (ABEPSS, 1999, p. 1)

O profissional assistente social tem nas expressões de desigualdades, advindas do conflito entre capital e trabalho, ou mesmo nas manifestações de indignação como formas de resistência, demarcada a especificidade do Serviço Social, ou seja, seu objeto de trabalho. Os assistentes sociais defrontam-se, cotidianamente, com as mais variadas expressões da questão social⁴⁷, como a violência, a pobreza, o desemprego, a falta de acesso a direitos como saúde, educação, ao trabalho, à habitação, entre outros.

Nas instituições público-privadas, como o Centro de Formação Teresa Verzeri, os profissionais intervêm em diversas situações, principalmente em caráter preventivo para minimizar as desigualdades existentes, pode-se citar alguns fatores de risco e/ou vulnerabilidade social presentes no cotidiano profissional, como violência intrafamiliar, violência entre as crianças e adolescentes, o fenômeno bullying, negligência, fome, miséria, trabalho informal e precarizado, violação de direitos previstos constitucionalmente, enfim, essas são algumas das expressões de desigualdades evidenciadas no processo de trabalho, nos quais os profissionais estão inseridos. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a Instituição, suas atividades e/ou o trabalho realizado pelo profissional configuram-se como uma forma de resistência a essa realidade.

Os assistentes sociais buscam o conhecimento de como os processos decorrentes da estrutura econômica e social da sociedade reproduzem as relações de desigualdade e resistência, e como se interpenetram e se manifestam, por exemplo, na vida das crianças e adolescentes com direitos violados, das mulheres vítimas de violência, e em outras situações limites que se apresentam aos assistentes sociais, bem como as manifestações dos sujeitos para enfrentá-las.

O trabalho realizado pelas assistentes sociais no Centro de Formação Teresa Verzeri é de suma importância para efetivação de um atendimento de qualidade focalizado na garantia de direitos, pois as profissionais dividem-se entre duas áreas distintas: uma das profissionais trabalha diretamente com a gestão da instituição e a outra na perspectiva direta da assistência social, viabilizando o atendimento aos

⁴⁷ A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. [...]. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2008, p. 161)

educandos e suas famílias, para a garantia de seus direitos como cidadãos, visando à qualidade de vida dos sujeitos. Pode-se observar a relevância desse profissional a partir da leitura do documento denominado Plano Serviço Social (2010) que apresenta,

Na Instituição o assistente social é um profissional que planeja e viabiliza os serviços sociais com os educandos e suas famílias, tendo como prioridade a organização, visando a melhoria da qualidade de vida, direcionando sua ação à participação popular, a partir de políticas sociais que venham contribuir com o pleno exercício de cidadania (GRASS, 2010).

No trabalho realizado pelas assistentes sociais destacam-se as seguintes ações: Plano Anual do Serviço Social, avaliação socioeconômica das famílias para ingresso dos educandos na Instituição, avaliação de orçamentos, coordenação e supervisão dos recursos aplicados e projetos sociais, elaboração de projetos sociais e de parcerias em rede, convocação, organização e participação nas reuniões formativas das famílias e de capacitação dos profissionais da instituição, planejamento de oficinas como, por exemplo, a de Cultura de Paz, acompanhamento e/ou assessoria a Grupos de Geração de Trabalho e Renda, encaminhamento do SIG – Sistema de Informação Gerencial⁴⁸, atendimento e encaminhamento de casos relacionados com trabalho infantil, déficit de aprendizagem, problemas no relacionamento com colegas, profissionais e familiares, as demandas para suprir necessidades básicas dos sujeitos, entre outras ações. Desta forma, conforme Iamamoto (2007) ressalta,

O Assistente Social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, atuando na relação direta com a população usuária. Atualmente, o próprio mercado demanda, além de um trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, indo além das rotinas institucionais e buscando apreender o movimento da

⁴⁸ O referido sistema é uma forma de controle das atividades realizadas, pessoas atendidas, refeições disponibilizadas. Através das chamadas é realizado o controle do nº de oficinas que os educandos participam, o atendimento que é feito pelos diversos profissionais do espaço (nutricionista, psicóloga, assistente social, pedagoga, etc), sendo este documento enviado mensalmente para a Mantenedora (Associação de Literatura e Beneficência).

realidade para detectar tendências e possibilidades passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (IAMAMOTO, 2007).

Para o desenvolvimento de seu trabalho o(a) profissional assistente social do Cento de Formação dispõe de um ambiente propício para realizar seu trabalho conforme pressupostos da legislação vigente⁴⁹. Enfatiza-se que o profissional do CFTV tem autonomia, liberdade para pesquisar, planejar, executar e avaliar seu trabalho, em conjunto com os demais profissionais; respeito aos direitos, princípios e valores ético-políticos profissionais estabelecidos nas regulamentações profissionais⁵⁰; tem em seu ambiente de trabalho garantido condições físicas e técnicas estabelecidas nas legislações profissionais, como espaço para atendimentos individuais e coletivos, local adequado para a guarda de prontuários e documentos pertinentes ao atendimento aos(as) usuários(as); preservação de momentos para estudos e capacitação continuada no horário de trabalho, além de apoio para participação em cursos de qualificação, especialização, mestrado ou equivalentes, que visam o aprimoramento profissional.

Na busca da concretização de seus objetivos, o profissional se utiliza de alguns instrumentais, sendo satisfatório entendê-los dirigindo-se ao pensamento de Guerra (2000) quando explicita instrumentalidade da seguinte forma:

Instrumentalidade é uma condição necessária á reprodução da espécie humana; é o momento necessário na relação homem-natureza, em resposta aos seus carecimentos materiais e espirituais. Portanto, o trabalho tem uma instrumentalidade [...] Para satisfazer as suas necessidades o homem projeta finalidades, planeja suas ações, escolhe, dentre as alternativas possíveis, aquelas mais adequadas ao alcance de suas finalidades; constrói, utiliza e aperfeiçoa os instrumentos de trabalho, e por isso ele é também um ser crítico [...] Isso implica transformar a natureza num produto útil (GUERRA, 2000, p. 07).

⁴⁹O CFESS publicou em 21 de agosto de 2006, a Resolução 493/06, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do(a) assistente social.

⁵⁰A profissão de assistente social está regulamentada pela Lei Federal 8662/1993 e a atuação profissional rege-se pelo Código de Ética publicado por meio da Resolução CFESS 273/1993.

A instrumentalidade é o meio de o homem transformar a natureza (matéria) para suprir suas necessidades, por meio do trabalho⁵¹. Neste contexto também se pode refletir a partir do processo de trabalho do Serviço Social, em que ao serem objetivados pelo trabalho, os objetos adquirem instrumentalidade: capacidade de se tornarem instrumentos que satisfazem finalidades humanas, não perdendo as suas propriedades imanentes, a sua causalidade natural; estas são adaptadas para o alcance das finalidades, e são essas capacidades, de que os objetos são portadores, que lhes possibilitam realizar finalidades dos homens (GUERRA, 2000).

Torna-se relevante compreender também que os instrumentais e técnicas são mediados conforme as finalidades do profissional, sendo assim “o diferencial de um profissional é saber adaptar um determinado instrumento às necessidades que precisa responder no seu cotidiano [...] sua capacidade criativa” (SOUSA, 2008, p. 124).

As profissionais assistentes sociais em seu processo de intervenção utilizam-se de vários instrumentos e técnicas de trabalhos, entre os quais destacamos: a observação⁵², o acolhimento, entrevistas individuais e coletivas, visita domiciliar⁵³, parecer social⁵⁴, reunião formativa com as famílias, registro de atas, registro de atendimentos do Serviço Social, dinâmica de grupo, relatório social, diário de campo⁵⁵, etc. Sendo estes os principais instrumentos e técnicas de intervenção utilizados pelo Serviço Social no cotidiano de sua prática no Centro de Formação.

O Centro de Formação no período correspondente ao segundo semestre de 2010, atendeu 164 (cento e sessenta e quatro) crianças e adolescentes das mais diversas idades e realidades socioeconômicas. Para melhor apreensão da realidade

⁵¹ Conforme informações contidas no Dicionário Aurélio, trabalho compreende desprendimento de energia física e mental na execução de uma ação planejada.

⁵² Torna-se relevante compreender que observar é muito mais do que ver ou olhar. Observar é estar atento, é direcionar o olhar, é saber para onde se olha, é ter uma atitude investigativa. (CRUZ NETO, 2004).

⁵³ Salienta-se que a visita domiciliar proporciona “estar junto com o usuário, compartilhando de fragmentos de seu cotidiano” o que “facilita a compreensão de suas dificuldades, favorece o clima de confiança e acaba por fortalecer o aspecto eminentemente humano da relação constituída” (AMARO, 2003, P 17).

⁵⁴ Utilizado principalmente no trabalho em rede, para encaminhamento de alguns casos ao Conselho Tutelar, por exemplo.

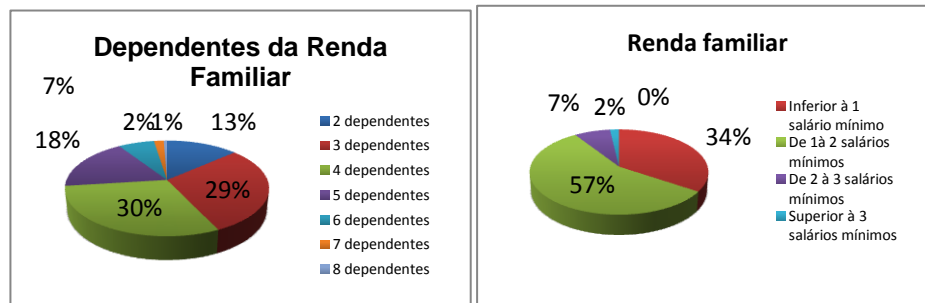
⁵⁵ Na instituição esse instrumental é chamado diário de bordo e é de suma importância, pois compreende as observações, informações sobre os atendimentos e o cotidiano do trabalho do assistente social.

social dos sujeitos que fazem parte do CFTV, utilizou-se da coleta e posterior análise dos dados referendados nas fichas socioeconômicas dos educandos⁵⁶.

Desvendar o objeto de trabalho pelo qual o assistente social atua é essencial para o desenvolvimento de um processo de trabalho consistente. Portanto, conhecer como a questão social se manifesta no cotidiano dos sujeitos sociais e suas formas de organização e resistência é imprescindível para que se tenham subsídios para construir coletivamente alternativas para o seu enfrentamento (FRAGA, 2010).

A partir da pesquisa observou-se que a maioria, mais precisamente 91% das famílias, sobrevive com renda mensal inferior a dois salários mínimos, evidenciando a baixa renda familiar. Em relação aos dependentes da renda familiar, a maioria das famílias, mais precisamente 86%, tem entre 3 a 5 dependentes da renda familiar, ressaltando a baixa renda per capita dessas famílias, que na sua grande maioria são excluídas da rede formal de trabalho, resultado da contradição emergente no sistema capitalista. Pode-se observar os dados referidos nos gráficos a seguir:

Gráfico I e II



Fonte: OLIVEIRA, 2010

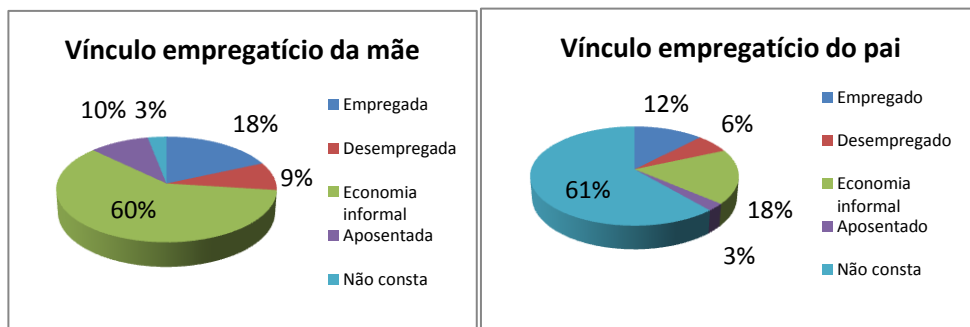
O perfil socioeconômico expresso na realidade de vida desses sujeitos evidencia o alto índice de pauperização existente, da mesma forma que revela a relevância do Projeto de Geração de trabalho e Renda, baseado no desenvolvimento sustentável, para a transformação, em parte, dessa realidade.

Outro fator preponderante, é que conforme o Guia de Geração de Trabalho e Renda (MDS, 2008),

⁵⁶ Nomenclatura utilizada pelos profissionais da Instituição para designar as crianças e adolescentes que estão envolvidos nas atividades do Centro de Formação.

[...] o segmento que enfrenta dificuldades mais acentuadas para entrar no mercado de trabalho é o de jovens. Os jovens com até 24 anos são especialmente afetados pelo desemprego. Os jovens normalmente não contam com experiência anterior de trabalho e isso muitas vezes se transforma em uma barreira para a inserção profissional desse grupo.[...] A participação em projetos de geração de trabalho e renda pode oferecer a primeira experiência profissional dos jovens e reduzir assim sua dificuldade de inserção no mercado de trabalho. (MDS, Guia de Geração de Trabalho e Renda, 2008)

Gráfico III e IV



Fonte: OLIVEIRA, 2010

De acordo com os gráficos acima, nota-se o alto índice de pais e mães que adquirem seu sustento através da Economia Informal, que se expressam em trabalhos temporários, contratados, terceirizados, ressaltando as manifestações do conflito capital-trabalho, a precarização do trabalho, através da exploração, com baixos salários, bem como a carência na efetivação dos direitos trabalhistas. Destacando-se a importância dos empreendimentos econômicos solidários para esses sujeitos, enquanto uma alternativa viável de sobrevivência, bem como na melhoria da qualidade de vida, por meio de ações pautadas no trabalho cooperado, solidário e democrático.

O núcleo da questão social está arraigado, como já citado anteriormente, no conflito entre capital versus trabalho, suscitado entre a compra (detentores dos meios de produção) e venda da força de trabalho (trabalhadores), que geram manifestações e expressões. Estas manifestações e expressões, por sua vez, são subdivididas entre a geração de desigualdades: desemprego, exploração, analfabetismo, fome, pobreza, entre outras formas de exclusão e segregação social que constituem as demandas de trabalho dos assistentes sociais; também se expressa pelas diferentes formas de rebeldia e resistência: todas as maneiras encontradas pelos sujeitos para se poder resistir às desigualdades, como, por

exemplo, conselhos de direitos, sindicatos, políticas, associações, programas e projetos sociais. Desta forma, a finalidade do trabalho do assistente social está voltada para a intervenção nas diferentes manifestações da questão social com vistas a contribuir com a redução das desigualdades e injustiças sociais, como também fortalecer os processos de resistências dos sujeitos (materializados em organizações sociais, movimentos sociais, conselhos de direitos), na perspectiva da democratização, autonomia dos sujeitos e do seu acesso a direitos (GOERCK, 2006b).

Neste contexto, evidencia-se a importância da Instituição e do trabalho desenvolvido pela rede de profissionais, no que tange a necessidade de um espaço que atenda as crianças e adolescentes no período inverso à escola, e suas famílias, preconizando o acesso e a garantia de direitos, na busca do bem-estar dos sujeitos envolvidos.

Sendo assim, os Grupos de geração de trabalho e renda, emergem como possibilidade de enfrentamento à questão social⁵⁷, ou seja, apresentam-se como mecanismos de resistência diante das diversas formas de desigualdades produzidas da relação capital X trabalho⁵⁸. Por meio dessa articulação e ação coletiva, os sujeitos envolvidos poderão exercer suas lideranças no sentido de serem agentes de transformação social, podendo prover seu próprio sustento, de maneira sustentável, tendo maior autonomia na renda familiar.

⁵⁷ A questão social pode ser apreendida como o conflito suscitado entre o capital (proprietários dos meios de produção) e o trabalho (trabalhadores que vendem suas forças de trabalho em troca de um salário – meio de pagamento), bem como pelas desigualdades e resistências geradas por meio dessa relação social de compra e venda da força de trabalho (BULLA, 1992).

⁵⁸ Na realidade evidenciada por esses indivíduos, a principal expressão da questão social é o desemprego e a baixa renda.

4. GRUPO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA AMIGOS DO MEIO AMBIENTE E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL.

Esse capítulo tem como propósito fazer um relato e uma reflexão teórico-prática da experiência vivenciada no espaço sócio-ocupacional Centro de Formação Teresa Verzeri, no município de São Borja, realizada por meio de estágio curricular da Universidade Federal do Pampa.

Elucidar-se-á sobre a experiência em estágio supervisionado I e II, enfatizando a intervenção profissional, relatando a metodologia, caracterizando os usuários, entre outros. Também, expressar-se-á como foi desenvolvido o processo de trabalho vinculado à atividade de intervenção pela estagiária de Serviço Social, juntamente com a supervisora de campo, referenciando os instrumentos e estratégias utilizadas. E, por fim, se apresentará uma análise crítica, apontando as limitações encontradas durante o processo de intervenção, bem como as possibilidades.

4.1 Metodologia

Segundo Minayo (2007, p.16) “metodologia e o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Sendo que teoria e metodologia caminham juntas, pois a teoria e a prática abstraída. A importância da metodologia consiste na forma de conhecer o objeto e das técnicas e instrumentos utilizados para intervir na realidade.

O presente trabalho configura-se em relato teórico-prático da experiência de estágio supervisionado em serviço social, efetivado no Centro de Formação Teresa Verzeri. O método adotado para a realização do estudo foi o dialético-crítico, que possui como categorias centrais a totalidade, a historicidade e a contradição, categorias que possibilitam a capacidade de análise e exposição das contradições da realidade. É o método dialético-crítico que possibilita aos assistentes sociais

desvendarem o real a partir de um sistema de mediações que se renova permanentemente, viabilizando a incorporação do novo, não de modo espontâneo, mas a partir de uma reflexão crítica (SIMIONATTO, 2004).

Para que os profissionais do Serviço Social intervenham na sua prática cotidiana e institucional, faz-se necessário identificar e desvelar, na realidade, a questão social e suas múltiplas manifestações. Necessitam, portanto, de meios pelos quais apreenderão essa realidade. Esses meios se apresentarão no processo da dimensão técnico-operativo⁵⁹, teórico-metodológico⁶⁰ e ético-político da profissão pautado numa perspectiva dialético-crítico. Compreendidos como eixos que constituem a ação profissional, só se caracterizarão como integrantes do processo de trabalho do assistente social se articulados entre si e com a realidade social (FRAGA, 2010).

Sendo assim, após a abordagem sobre o método dialético-crítico e suas categorias, o próximo assunto acometido será sobre a vivência do estágio supervisionado, a partir das primeiras ações até o processo de intervenção. Para, posteriormente, adentrar na reflexão acerca do produto da ação interventiva, bem como a atuação do serviço social nesse contexto.

4.2 Relato teórico-crítico da experiência de estágio supervisionado em Serviço Social: ações iniciais.

Durante o processo de desenvolvimento de Estágio Supervisionado tornou-se possível, enquanto ações iniciais, por meio das constantes observações, inquietações, diálogos, questionamentos e avaliações, realizadas pelas estagiárias e supervisoras, apreender e compreender o trabalho realizado pelo profissional

⁵⁹ Constitui-se na dimensão que possibilita, conforme Silva (1999) apud Fraga (2010), “a definição de estratégias e táticas na perspectiva da consolidação teórico-prática de um projeto profissional comprometido com os interesses e necessidades dos usuários, com a defesa dos direitos sociais, com a ampliação da esfera pública e com a construção de uma nova cidadania social, capaz de realizar e impulsionar novos direitos, mediante o fortalecimento da consciência de classe e da organização política, sindical e comunitária”.

⁶⁰ Conforme Silva (1999) apud Fraga (2010), o consistente conhecimento teórico-metodológico propicia aos profissionais uma compreensão clara da realidade social e a identificação das demandas e possibilidades de ação profissional que esta realidade apresenta.

assistente social nesse espaço sócio-ocupacional, destacando-se as seguintes ações concretizadas pelas estagiárias sob supervisão das profissionais: avaliação socioeconômica das famílias para ingresso dos educandos na Instituição, avaliação de orçamentos, coordenação e supervisão dos recursos aplicados e projetos sociais, elaboração de projetos sociais⁶¹ e de parcerias em rede, convocação, organização e participação nas reuniões formativas das famílias e de capacitação dos profissionais da instituição, planejamento de oficinas como, por exemplo, a Oficina Debate Jovem⁶², organização e acompanhamento de encontros com Grupo de Geração de Trabalho e Renda, retroalimentação e encaminhamento do SIG – Sistema de Informação Gerencial, atendimento e encaminhamento de casos ao Conselho Tutelar, a Promotoria, relacionados com trabalho infantil, déficit de aprendizagem, dificuldades no relacionamento com colegas, profissionais e familiares, as demandas para suprir necessidades básicas dos sujeitos, entre outras ações. De acordo com Iamamoto (2007), pode-se salientar que,

É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como condição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação (IAMAMOTO, 2007, p.20).

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano, ou seja, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2007).

⁶¹ Os (as) assistentes sociais possuem e desenvolvem atribuições localizadas no âmbito da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, como também na assessoria a movimentos sociais e populares (CFESS, 2009).

Destaca-se que o profissional assistente social no CFTV trabalha essencialmente na gestão e planejamento das ações desenvolvidas pela Instituição os seguintes projetos construídos pelas estagiárias de Serviço Social sob a supervisão da profissional assistente social: Projeto para o Prêmio Itaú UNICEF, editais de incentivo a projetos sociais, como: edital SESI-RS, COMDICA-São Borja.

⁶² A Oficina Debate Jovem foi criada e executada pelas estagiárias de Serviço Social no ano de 2011. A referida Oficina constituiu-se em encontros semanais que abrangeram vários assuntos importantes e atuais, visando suscitar a reflexão e o debate com o grupo de adolescentes da Turma Águias, acreditando ser está uma das oportunidades de contribuirmos com o campo de estágio, bem como garantir o acesso desses adolescentes à informação, de forma participativa e democrática.

Por meio da experiência vivenciada durante o período de estágio curricular é importante salientar o contínuo aprendizado adquirido por meio das supervisões acadêmicas e da prática no campo sócio-ocupacional. Revelou-se que na busca da concretização de seus objetivos, o profissional se utiliza de alguns instrumentais e técnicas, sendo satisfatório entendê-los dirigindo-se ao pensamento de Prates (2003), que elucida alguns dos instrumentos e técnicas que compõem a instrumentalidade do Serviço Social

[...] diálogo, mediações, reflexões, proposições, a investigação, as articulações, o planejamento, as entrevistas, as reuniões, visitas domiciliares, visitas institucionais, assembléias, técnicas grupais, as análises documentais, os registros, a elaboração de projetos, laudos e estudos sociais, os encaminhamentos, diagnósticos, análises institucionais, o conhecimento do modo de vida e das condições de vida dos usuários expressas no seu cotidiano (PRATES, 2003, p. 110).

No processo de formação acadêmica enquanto estagiária no desenvolvimento de uma identidade profissional pôde-se apreender e exercitar sob a supervisão das profissionais assistentes sociais do CFTV, vários instrumentos e técnicas de trabalho no processo de intervenção, já destacados anteriormente, configurando-se os principais instrumentos e técnicas de intervenção utilizadas pelo Serviço Social no cotidiano de sua prática no Centro de Formação, bem como um aprendizado relevante para o futuro cotidiano profissional.

Por meio da reflexão a respeito da realidade socioeconômica das famílias atendidas pelo CFTV, foi possível delimitar ações e atividades para ação interventiva. Tornou-se possível caracterizar como uma das expressões de desigualdade o alto índice de desemprego ou trabalho informal, possibilitando como forma de resistência, a inserção de jovens a partir de 16 anos, em um Grupo e/ou empreendimento coletivo de geração de trabalho e renda. Portanto, pretendeu-se colaborar, por meio do projeto de intervenção, na formação técnica e social que é deficitária nos empreendimentos assessorados pela Instituição, e, além disso, possibilitar um desenvolvimento econômico voltado aos princípios da Economia Solidária e do Cooperativismo.

4.3 Relato e análise da experiência vivenciada por meio do Projeto de Intervenção

Durante o processo de Estágio Supervisionado II, realizou-se a aplicação do Projeto de Intervenção, o qual somente se tornou possível por meio da identificação do objeto de intervenção, assimilado através das observações, aproximações com a realidade, bem como a partir da elaboração de vários documentos de análise da Instituição e dos sujeitos envolvidos nesta realidade, durante o Estágio Supervisionado I.

O Projeto de Intervenção finalizado no mês de julho do ano de 2011 constituiu-se em um Projeto de Geração de trabalho e renda denominado: “Grupo de Convivência, Trabalho e Geração de Renda Reciclar: uma ação solidária para conscientização, fortalecimento de valores e geração de renda”, que se caracterizou por uma proposta de fabricação de sabão ecológico e artesanatos em papel reciclado e/ou de materiais recicláveis, aliado ao desenvolvimento de encontros formativos, pautados em ações baseadas no desenvolvimento sustentável, que agregaram na prática o equilíbrio das dimensões social, ambiental e econômica. Pressupôs a educação para a sustentabilidade como eixo norteador de atividades que ampliam o conhecimento e interação da população atendida, com novas possibilidades de hábitos cotidianos mais sustentáveis, possibilitando maior qualidade de vida, consciência socioambiental, articulados à geração de renda (OLIVEIRA, 2011).

O Projeto de Intervenção empregou como metodologia a realização de oficinas, rodas de conversa e palestras, distribuição de material informativo, capacitação para confecção de produtos com materiais recicláveis, bem como a exposição e comercialização dos materiais confeccionados.

As oficinas práticas ministradas por uma educadora artesanal da Instituição ocorreram diariamente pelo turno da tarde, sendo que nestes momentos foram abordados conhecimentos de técnicas de como confeccionar o sabão ecológico e artesanatos em papel reciclado e/ou materiais recicláveis.

A Oficina de Formação e/ou capacitação ocorreu semanalmente, durante o período de uma hora⁶³. A referida intervenção efetivou-se através da realização de 14 encontros durante os meses de março a julho do ano de 2011, configurando-se em uma oficina de formação continuada, que possibilitou momentos de debate e reflexão, de construção de vínculos e elaboração de alternativas para superação de desafios. Cabe salientar que o Grupo de Geração de Trabalho e Renda preferiu continuar com a nomenclatura que era comumente conhecida pelos usuários da Instituição, chamado Grupo de Geração de Trabalho e Renda Amigos do Meio Ambiente⁶⁴.

Cada encontro da Oficina de Capacitação teve um tema norteador conforme previsto pelo Projeto de Intervenção⁶⁵. Desta forma, os integrantes do Grupo receberam orientações e refletiram, debateram sobre os seguintes temas: Economia Solidária, valores e princípios, Cooperativismo, autogestão, cogestão, a importância do trabalho em equipe, participação de forma democrática e igualitária, elaboração de objetivos e metas para o Grupo, associativismo, empreendedorismo, produção de qualidade, capacitação e geração de renda, educação socioambiental, legislação, direitos sociais, auto-estima, entre outros.

Para que os integrantes do Grupo participassem ativamente das atividades propostas, tendo facilidade com o tema abordado, foram utilizados recursos áudio visuais, painéis, cartazes, dinâmicas de grupo, entre outros. No que se referem a esse tipo de estratégia, Prates (2004) elucida,

⁶³ Revela-se preponderante salientar, enquanto exemplo de Oficina, que o primeiro encontro iniciou-se por meio da apresentação da estagiária e do Projeto de Intervenção elaborado pela mesma. Logo após, realizou-se uma dinâmica de apresentação denominada “Eu sou você”, a qual objetiva promover o conhecimento dos membros do grupo, exercitar a técnica do saber ouvir cuidadosamente, durante uma conversa, explorar os sentimentos que emergem ao se colocar no lugar da outra pessoa, ser o outro (MILITÃO, 1999, p.9). Sendo extremamente importante que, desde o primeiro momento, os integrantes sintam-se seguros e entusiasmados com a ação, por isso é de extrema relevância o momento de conhecimento e apresentação do grupo. Após iniciou-se o debate sobre Economia Solidária por meio da apresentação de um vídeo utilizado na Campanha Nacional de Divulgação e mobilização Social da SENAES e FBES com título de Economia solidária - outra economia acontece. Ver documentário em: <http://www.youtube.com/watch?v=HXOXRhhMASs> Acesso em março de 2011.

⁶⁴ Esta nomenclatura revelou-se preponderante pelo fato de ser o nome do antigo Grupo de Geração de Trabalho e Renda, o qual os indivíduos acreditam expressar melhor a identidade do Grupo.

⁶⁵ OLIVEIRA, Arícia Costa de. **Projeto de Intervenção - Grupo de Convivência, Trabalho e Geração de Renda Reciclar**: uma ação solidária para conscientização, fortalecimento de valores e geração de renda. São Borja, 2011.

A relevância dada as estratégias coletivas de intervenção deve-se ao reconhecimento da efetividade da dinâmica grupal, da possibilidade mais significativa de desenvolver processos sociais a partir de identificações entre sujeitos que vivenciam situações similares, de fortalecer alternativas de organização e enfrentamento conjunto, de possibilitar processos de mútua ajuda, partilha de sofrimentos e estratégias de superação, cooperação, solidariedade, veiculação de informações (PRATES, 2004, p.18).

Essas estratégias de ação estimulam as trocas de informações, a união, a emancipação do grupo, a autonomia, entre outros fatores; ou seja, faz com que o grupo se fortaleça por meio da participação dos próprios integrantes. Adverte-se ainda, que a intervenção do assistente social é provisória, portanto, a responsabilidade do profissional perante o estímulo da autonomia e da emancipação é de suma importância.

Ao se utilizar instrumentais para intervir em determinadas demandas, o assistente social deve tentar perceber as categorias do método dialético-crítico – Historicidade, Totalidade e Contradição. Fazendo esse exercício, amparado pelo método científico, podem-se perceber quais meios de trabalho, técnicas, instrumentos que devem ser utilizados. Entretanto, o cotidiano da atuação profissional pôde demonstrar que o planejamento realizado pode se modificar. Além disso, utilizando-se das categorias o profissional verifica aspectos da realidade, que vão além das demandas imediatas dos empreendimentos coletivos, bem como de seus integrantes. Permitindo, assim que, a realidade seja apreendida em sua totalidade, com seus aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e ideológicos (GOERCK, 2009b).

Enfatiza-se que a Oficina de formação teve suas ações voltadas para a educação, baseados nos princípios do cooperativismo, economia solidária, empreendedorismo, promoção e exercício da cidadania, ética, saúde, direitos e deveres enquanto cidadãos, e participação comunitária. As estratégias e recursos utilizados para a realização das oficinas foram: recursos audiovisuais, diálogos expositivos, atendimentos individuais e coletivos, dinâmicas de grupo, entre outras sistemáticas.

O eixo norteador dessa ação foi a cogestão dos participantes na execução do projeto, proporcionando-lhes a oportunidade de participar do processo de geração de trabalho e renda por meio da elaboração do plano de objetivos e metas do Grupo,

sugerindo, desempenhando e levantando alternativas para o melhor andamento do projeto, definindo atribuições e avaliando o resultado das ações.

Quando ocorre o processo de comprometimento, participação e envolvimento dos trabalhadores nas atividades produtivas e no processo de gestão, enquanto coletivo, considera-se, neste estudo, que essas experiências se “aproximam” da autogestão. Nesses empreendimentos que se “aproximam” da autogestão, as decisões relacionadas com as experiências não partem somente da diretoria, mas do coletivo de trabalho (GOERCK, 2009b).

Torna-se relevante ressaltar que a partir do momento em que alguns produtos foram confeccionados, houve a comercialização dos mesmos por meio da divulgação entre os profissionais da Instituição, dos educandos e dos próprios integrantes do Grupo. Nestes primeiros momentos notou-se a dificuldade de comercializar o produto, acredita-se que esse fator deva-se a falta de articulação com outros empreendimentos e empresas, ausência de divulgação necessária do produto, bem como a padronização do mesmo. Mas essa é uma realidade comum na maioria dos empreendimentos, pois conforme o mapeamento realizado constatou-se que em relação as principais dificuldades enfrentadas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil, estão relacionados a comercialização, cerca de 72% (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2009).

Em relação a esse limite optou-se enquanto estratégia pelo Grupo, a realização de parcerias com outros grupos de geração de trabalho e renda, instituições públicas de fomento as ações de economia solidária, por meio da constante capacitação do Grupo, concomitante a divulgação dos produtos confeccionados por meio de Feiras, periodicamente.

Como já salientado anteriormente, para a qualificação dos momentos de capacitação realizou-se parcerias com instituições e empreendimentos do município⁶⁶, possibilitando o desenvolvimento de capacitações e troca de conhecimentos referente a gestão e empreendedorismo, economia solidária e as possibilidades existentes nos Grupos de Geração de trabalho e Renda, atividades estas que contribuíram para o crescimento do trabalho e amadurecimento do grupo.

⁶⁶ SEBRAE, EMATER, CRASS, CREAS.

A realização de Oficinas de formação e/ou capacitação objetivam contribuir no planejamento e execução das oficinas sobre os princípios do cooperativismo, da Economia Solidária e temáticas relacionadas, além de demandas específicas do Grupo de geração de trabalho e renda, com o intuito de possibilitar a ampliação do conhecimento e possível adequação das experiências aos valores da Economia Solidária.

No caso da capacitação, a formação para a prática produtiva autogestionária enseja superar as relações de subjugação no processo de trabalho e ganhar feição de espaço educativo como lócus da produção da produção material e espiritual, baseado na hegemonia do homem e do trabalho. [...] intenta criar condições para a formação e informação da sociedade, de modo a constituir consumidores eticamente implicados com a produção associada e a sustentabilidade social e ecológica da unidade de produção (BARBOSA, 2008, p.121)

Durante o desenvolvimento do Estágio Supervisionado em Serviço Social foram concretizadas diversas ações interventivas, como: oficinas para reflexão de conceitos que envolvem a Economia Solidária, a autonomia, o associativismo, o cooperativismo e o desenvolvimento sustentável; reflexões acerca da realidade socioeconômica, do papel de cada integrante no Grupo, da importância da participação e comprometimento; encontros com diálogo sobre as seguintes temáticas: objetivos e metas individuais e coletivas para o grupo, possibilidades de fortalecimento do grupo, autogestão, cogestão, empreendedorismo, cooperativismo e Economia Solidária; parcerias com instituições do município como o SEBRAE e EMATER, que contribuíram por meio de seus profissionais com capacitações sobre empreendedorismo individual e as experiências de Economia Solidária; parceria com as estagiárias de Serviço Social de outros espaços sócio-ocupacionais (CREAS, CRASS), por meio da integração dos Grupos, possibilitando a relação com grupos diferentes de geração de trabalho e renda, a troca de experiências e o aprendizado diversificado; participação do Grupo de Geração de Trabalho e Renda AMA – Amigos do Meio Ambiente na I Feira das Profissões no dia 08 de julho de 2011, expondo os produtos confeccionados e divulgando as atividades do Grupo.

Como culminância do primeiro semestre de encontros do Grupo AMA, houve a organização e realização da “I Mostra de ações socioambientais: educação e

solidariedade”, realizada no dia 14 de julho de 2011, que visava a divulgação das atividades, ações do Grupo de Geração de Trabalho e Renda. A Mostra teve a participação da comunidade em geral, em torno de 80 (oitenta) pessoas. Iniciando as atividades deste evento organizou-se uma Oficina para o debate e reflexão acerca das experiências e possibilidades existentes nos empreendimentos econômicos solidários, diálogo este coordenado pelo Prof.^o Doutorando Jorge Alexandre da Silva – Unipampa/São Borja. Posterior a esse momento, ocorreram apresentações dos educandos da Instituição e a divulgação do resultado da I Gincana Ecológica do CFTV⁶⁷, concomitante a essas atividades o Grupo realizou uma Feira para comercialização e divulgação dos produtos confeccionados pelos mesmos. Ressalta-se que esse evento é um ponto positivo do Grupo, pois além de ter contribuído para a divulgação das atividades do mesmo, foi um evento criado e organizado pelos próprios integrantes, que tiveram autonomia de propor e se organizarem.

Outro processo realizado junto ao empreendimento foi a avaliação mensal, constituindo-se em um novo diagnóstico realizado coletivamente, que expressou as reflexões, tanto do trabalho realizado com o empreendimento como dos avanços e conquistas do empreendimento de geração de trabalho e renda. Enfim, todos esses processos citados, que visam compor o trabalho do profissional assistente social com empreendimentos que vislumbram a Economia Solidária, sempre devem ser guiados pelo projeto profissional do Serviço Social, assim como, dos princípios do Cooperativismo e Economia Solidária.

Portanto, o profissional assistente social é, nesse sentido, animador, viabiliza o processo reflexivo em conjunto com os atores de modo a contribuir para a construção de um saber popular. Entendo que, em nossa prática profissional, provocamos um processo auto-reflexivo dos sujeitos envolvidos a fim de que estes percebam suas necessidades (GRASS, 1999, p.74).

⁶⁷ A I Gincana Ecológica do CFTV foi proposta pela educadora artesanal e compartilhada com o Grupo de Geração de Trabalho e Renda, visando dar uma maior visibilidade ao Grupo e a integração com os educandos da Instituição, contribuindo com a Instituição, bem como se utilizando de algumas atividades, como a venda do lixo seco arrecadado, para reverter na compra de uma máquina de corte e vinco, qualificando os produtos confeccionados pelo Grupo.

A partir destas reflexões é relevante destacar que a experiência vivenciada foi enriquecedora, pois se teve a oportunidade e a autonomia de realizarmos ações interventivas, além disso, a inserção no espaço sócio-ocupacional possibilitou a “descoberta do novo”, da realidade acerca do espaço institucional, da vida dos usuários ali atendidos, da relação entre a teoria adquirida durante a formação acadêmica e a prática expressa no cotidiano institucional, procedimento imprescindível para a formação crítica, criativa e competente do profissional.

4.4 Os desafios do trabalho do Assistente Social, no fortalecimento dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda

Por meio do acompanhamento do Grupo de Geração de Trabalho e Renda voltado à ações fundamentadas nos valores da Economia Solidária, pode-se perceber várias oportunidades e possibilidades expressas na realidade dos participantes, como o aprendizado técnico e consciente, complemento da renda familiar, expressão de processo de elevação da autoestima, reinserção na vida comunitária, entre outros fatores positivos. Da mesma forma, expressaram-se limitações durante o processo, como: a baixa renda adquirida, a falta de comprador fixo para os produtos, fragilizando a sustentabilidade do empreendimento, desistência de integrantes do grupo pelo fato da resposta as suas demandas em relação à renda não serem imediatas, a reprodução de algumas relações advindas do sistema capitalista como a competição, o excesso de poder, individualismo, etc. Desafios estes que vem sendo trabalhados, superados por meio de alternativas debatidas em conjunto pelo grupo, como por exemplo, a criação de um Estatuto para melhorar a organização do grupo e suas relações.

Em relação ao trabalho desenvolvido pelo serviço social junto aos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, bem como em diversos espaços de atuação, demonstra-se como prerrogativa em seu exercício profissional a necessidade constante de definição de estratégias e procedimentos de atuação, de acordo com sua competência e autonomia profissional. Frente aos desafios o trabalho profissional requer inventividade, inteligência e talento para criar, inventar, inovar, de modo a responder dinamicamente ao movimento da realidade (CFESS, 2009).

Os empreendimentos solidários têm possibilitado a garantia da subsistência e sobrevivência das classes populares que, em sua maioria, se encontram em situação de vulnerabilidade social, porém essa forma de empreendimento também encontra desafios. Além disso, configura-se como uma ação interventiva promissora e privilegiada aos profissionais assistentes sociais comprometidos com os interesses e necessidades das classes populares, tornando-se necessário dar maior visibilidade a temática, propiciando uma reflexão crítica e propositiva acerca desse tema, enfatizando a intervenção do profissional assistente social, a fim de compreender o Serviço Social como parte imprescindível no processo de inclusão social, fortalecimento da autonomia e qualidade de vida dos sujeitos.

A economia solidária oferece uma oportunidade de retorno à liberdade criativa dos sujeitos como atores sociais de seus próprios projetos [...] Nesses empreendimentos, além de contribuírem com o desenvolvimento sustentável, as iniciativas positivas podem também potencializar o surgimento de novos grupos. Com o surgimento de novos empreendimentos, que na maioria dos casos são consequência do desemprego formal, mas que pode ser pela experiência de grupos que apresentaram dados positivos tanto pela geração de renda, pela sua viabilidade econômica, pela inclusão social que proporciona, pode contribuir para a criação de redes solidárias, para a formação de uma cadeia produtiva que é de extrema importância e necessária para o desenvolvimento da Economia Solidária (GAVIRAGHI, 2010, p.68).

Os desafios que estão postos aos empreendimentos de Economia Solidária são a inclusão de grupos sociais excluídos do mundo do trabalho, de modo a lhes proporcionar alternativas para o alcance de uma sobrevivência mais digna, com a respectiva geração de trabalho e renda. Esses empreendimentos coletivos estão direcionados comumente, para a organização de pequenas estruturas produtivas e populares, cuja motivação inicial está relacionada ao aumento da renda familiar.

Ressalta-se que à medida que o Serviço Social utiliza sua instrumentalidade no seu processo de trabalho, para intervir no real, no que se refere aos empreendimentos coletivos, deve ter como intencionalidade o fortalecimento destas experiências e a autonomia destes trabalhadores. O fortalecimento dos empreendimentos e da autonomia destes sujeitos pode ser realizado mediante a articulação destas experiências coletivas com políticas públicas, inclusive a de Economia Solidária, que tenham como proposição a inclusão social e econômica

dos trabalhadores, promovendo a cidadania destes sujeitos por meio de reflexões que incitem o processo de conscientização da realidade econômica e social (GOERCK, 2006b).

A Economia Solidária pode ser uma das alternativas à crise do mercado de trabalho brasileiro, porém, até então, somente para uma minoria de trabalhadores. São poucos os sujeitos que estão direcionados a uma economia que valorize os pressupostos de solidariedade, igualdade, democracia e autogestão. Portanto, ressalta-se, a importância da existência de políticas públicas, bem como instituições de apoio e fomento, que estimulem e assessorem essas experiências, tanto financeiramente, quanto profissionalmente, através de profissionais capacitados (GOERCK, 2009a).

Esses empreendimentos enfrentam desafios, mas também encontram possibilidades por meio da capacitação continuada, da relação teoria e prática enquanto pressuposto fundamental para continuidade e sustentabilidade dos mesmos. Em torno de objetivos comuns, baseando-se em princípios da autogestão, solidariedade, cooperação, formação continuada, as experiências que integram a Economia Solidária conseguem constituir-se como alternativa para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos (GOERCK, 2006a). Nesse sentido, também se enfatiza a relevância do trabalho realizado pelas instituições de apoio e fomento, como o Centro de Formação Teresa Verzeri, articulando ações para fomentar e fortalecer os empreendimentos, principalmente por meio do acesso a capacitação continuada, assessoramento, ações educativas na perspectiva de formação social dos sujeitos para exercício da cooperação, autogestão, democracia e solidariedade.

Deste modo, por meio da ação interventiva podem se ressaltar algumas conquistas e avanços. Destacam-se, portanto, as parcerias com Instituições que colaboraram na assessoria aos empreendimentos; a adesão dos empreendimentos assessorados aos princípios do Cooperativismo como forma de viabilização econômica e social dos mesmos; o espaço adequado para a confecção de produtos; o processo de discussão e debate entre os trabalhadores, do qual possibilita o desenvolvimento da conscientização frente ao processo de trabalho; e, a viabilização da organização e estruturação dos empreendimentos.

O planejamento e realização das oficinas foram determinantes no alcance dos resultados, principalmente, no que se refere ao processo de conscientização e

inserção dos princípios do Cooperativismo e Economia Solidária. Ressalta-se, que nesse processo, a inserção do assistente social é decisiva no trabalho com os trabalhadores na busca por esses resultados, pois o seu projeto profissional tem características que vão ao encontro da visão de homem e de mundo que a Economia Solidária suscita.

Um dos principais instrumentos utilizados para atingir o objetivo geral do projeto de intervenção, já citado anteriormente, foi a elaboração e execução das oficinas realizadas com o Grupo AMA. Esse processo é visto como a possibilidade do profissional fomentar a reflexão de demandas do cotidiano do empreendimento. Dentre as demandas mais frequentes podemos destacar: as relações de poder, as estratégias de trabalho coletivo, a união dos integrantes do empreendimento e as reivindicações por direitos previstos nas legislações vigentes.

Entretanto, também devem ser levados em consideração os aspectos que limitam tanto a intervenção como os resultados previstos. Essas limitações devem ser analisadas como pontos a serem aprimorados, com intuito de melhorar o desenvolvimento futuro das atividades, assim como, das possíveis adaptações nesse trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC teve como objetivo apresentar as mutações que vem ocorrendo no processo de trabalho, com o processo de reestruturação produtiva que acarretou consequências significativas nas condições de vida dos trabalhadores, bem como ressaltar ações da Economia Solidária como alternativas viáveis de geração de trabalho e renda não somente aos sujeitos excluídos do mercado formal de trabalho, mas na perspectiva de uma nova cultura de desenvolvimento social e econômico, contrária ao individualismo e baseado na equidade, cooperação, democracia e solidariedade.

Este trabalho de conclusão de curso possibilitará, para a categoria e para o meio acadêmico, no que se relaciona a produção teórica sobre o assunto, a construção de conhecimento sobre os Grupos de Geração de Trabalho e Renda, bem como o desvelamento e aprimoramento da intervenção do assistente social nos Grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários. Além de auxiliar na construção de estratégias na área do Serviço Social para demandas emergentes dos grupos de geração de trabalho e renda, dos sujeitos envolvidos, bem como, dos seus familiares e comunidade.

A luta da categoria em suas diversas áreas de atuação se fundamenta nos princípios do Código de Ética dos Assistentes Sociais, que preconiza o reconhecimento da liberdade, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa do arbítrio e do autoritarismo; a ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras; a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços, bem como sua gestão democrática; e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito (CRESS, 2007).

Este relato teórico-prático teve como intuito demonstrar como o Serviço Social pode ser uma das profissões com possibilidades de contribuir com os empreendimentos de geração de trabalho e renda, compreendidos como Economia Solidária, buscando a autonomia destes trabalhadores, por meio da garantia de seus

direitos, e ainda perante o fortalecimento do processo de trabalho com base em princípios que os diferenciam dos outros empreendimentos inseridos no sistema.

Acredita-se que ainda os principais desafios a serem superados estão em relação à participação e a democratização das informações e tomadas de decisões, uma maior participação dos sujeitos no processo de gestão do empreendimento, bem como a construção de uma cultura do direito, de relações solidárias, visando o bem comum, ou bem-estar de todos os integrantes, do meio e da sociedade em qual estão inseridos.

Torna-se preponderante ressaltar que por meio da experiência de estágio, o assistente social inserido em uma instituição de apoio e fomento a empreendimentos econômicos solidários, pode, além de promover reflexões acerca do Cooperativismo e da Economia Solidária, fomentar o processo de conscientização dos trabalhadores. Tanto no que diz respeito ao empreendimento como ao sistema. Também, pode contribuir para a viabilidade social e econômica desses empreendimentos e dos trabalhadores; promovendo articulações com outros empreendimentos, acesso a políticas públicas, e, incentivando a participação dos trabalhadores, assim como a formação e efetivação das cooperativas, associações, grupos e feiras, que efetivam o movimento da Economia Solidária.

Cabe ainda salientar que, o Estágio Supervisionado II, efetivado no Centro de Formação Teresa Verzeri, bem como a construção do presente Trabalho De Conclusão de Curso, possibilitaram que os conhecimentos adquiridos por meio do ensino e da pesquisa vivenciados pela acadêmica desde o início da graduação fossem postos em prática. E, ainda mais efetivados sob a supervisão e orientação de quatro competentes assistentes sociais, em nível de espaço sócio-ocupacional e acadêmico, evidenciando o exercício da práxis.

REFERÊNCIAS:

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar:** Guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre, AGE, 2003.

ANTUNES. Ricardo. **Adeus ao trabalho?:**ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez Editora; Campinas, SP, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia Popular e Solidária:** a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005-2007. ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária. São Paulo: Todos os bichos, 2009.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da regulamentação social do trabalho. In: BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2006, p. 90-128.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social:** fundamentos ontológicos. 4.ed. São Paulo, Cortez, 2006.

BAHNIUK, Caroline. **Educação, Trabalho e Emancipação Humana:** Um Estudo sobre as Escolas Itinerantes dos Acampamentos do MST. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em:

BEDIN, Gilmar Antonio. **Reestruturação produtiva, desemprego no Brasil e ética nas relações econômicas.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da (Orgs.). **20 Anos De Economia Popular Solidária.** Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social,** Brasília, 2004.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. 4ºed. São Paulo, Cortez, 2006.

BULLA, Leonia Capaverde. Origens e profissionalização do serviço social no Brasil. In: FLICKINGER, Hans-Georg. **Entre caridade, solidariedade e cidadania:** história comparativa do serviço social Brasil/Alemanha. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Brasília. CFESS, 2009.

COUTO, Berenice Rojas [ET al.]. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento. São Paulo, Cortez, 2010.

CRESS, Conselho Regional de Serviço Social. **Código de Ética Profissional dos assistentes sociais**. In: **Coletânea de Leis**: revista e ampliada. Porto Alegre. CRESS, 10ª região, 2007.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

DAMASCENA, Monique Bronzoni. **Incubadora de Economia Solidária**: Um Novo Espaço de Assessoria para o Serviço Social. Trabalho de conclusão de curso. São Borja: Unipampa, 2010.

ESTEVAO, Ana Maria R. **O Que É Serviço Social?** Col. Primeiros Passos. Ed. BRASILIENSE, s/d.

FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social**. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

GAIGER, Luiz Inácio. **Empreendimento Econômico Solidária**. In: CATTANI, Antonio David et al. (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

GAVIRAGHI, Fabio Jardel. **Empreendimentos De Economia Solidária: Caminhos Da (In)Viabilidade?** Programa De Pós-Graduação, Mestrado Em Serviço Social: Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul , Porto Alegre, 2010.

GOERCK, **Processos de trabalho na Economia Popular Solidária**: uma forma diferenciada do trabalho coletivo no Vale do Rio Pardo. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006a.

GOERCK, Caroline (Org.). **Emergência do cooperativismo, reestruturação do capital e Economia Solidária e o papel do Serviço Social em empreendimentos solidários**. Cadernos Unijuí, Série Economia Solidária, n. 5. Ijuí: Unijuí, 2006b.

_____. et al. (org.). Cenário do século XX e XXI: as novas transformações no mundo do trabalho e a Economia Popular Solidária no Brasil. In: **Múltiplas faces da Questão Social**: o objeto e trabalho do Assistente Social. Porto Alegre: Faith, 2009a.

_____. **Programa de economia solidária e desenvolvimento:** sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul. (Tese de Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009b.

GRASS, Sonia Maria. **Ação Social Católica E Economia Popular Solidária:** uma experiência de estágio em serviço social. Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____. **Projeto Social Construindo o Mosaico do Saber Social,** São Borja, 2007a.

_____. **Projeto Pedagógico Social,** São Borja, 2007b.

_____. **Regimento Do Centro De Formação Teresa Verzeri.** São Borja, 2009a.

_____. **Plano Serviço Social Do Centro De Formação Teresa Verzeri,** 2009b.

GUERRA, Yolanda: **A Instrumentalidade do Serviço Social,** 6º ed. Cortez, 2007.

HESPANHA, Pedro (ET al.). **Dicionário internacional da outra economia.** São Paulo, Almedina, 2009.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. **Cooperação.** In: CATTANI, Antonio David et al. (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia.** São Paulo: Almedina, 2009.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luíz Inácio. **Economia Solidária.** In: CATTANI, Antonio David et al. (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia.** São Paulo: Almedina, 2009.

LISBOA, Armando de Melo. **Economia Solidária e autogestão:** imprecisões e limites.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

MAIA, Marilene. **Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais.** Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 4, ano IV, dez. 2005.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. **Guia de geração de trabalho e renda:** nova perspectiva na elaboração de políticas, programas e projetos de geração de trabalho e renda. – Brasília : Fundação Banco do Brasil ; São Paulo, SP : Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, 2008. Disponível em <www.mds.gov.br/servicos/parcerias/guia-de-geracao.../download>. Acesso em: 05 de setembro de 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Economia Solidária.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em: 12 de setembro de 2011.

MIOTTO, Regina Célia Tamasso. **Perícia Social:** proposta de um percurso operativo. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo, v. 67, p. 145-158, 2001.

MORAIS, Edson Elias de. LANZA, Fabio. SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. PELANDA, Sílvia Schroeder. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011.

MOTHÉ, Daniel. **Autogestão.** In: CATTANI, Antonio David et al. (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia.** São Paulo, Almedina, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **O que é Economia Solidária.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em: 21 out. 2009.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo.** In: CATTANI, Antonio David et al. (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia.** São Paulo: Almedina, 2009.

NASCIMENTO, Aline Fátima do. **Economia popular solidária:** alternativa de geração de trabalho e renda e desafio aos profissionais do Serviço Social. Revista

Textos & Contextos. Porto Alegre, v.6 n.2, p. 264-281. Jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/textoecontextos>> Acesso em: novembro de 2010.

OLIVEIRA, Samuel Antonio Merbach de. **Noberto Bobbio**: teoria política e direitos humanos. Rev. Filos., v. 19, n. 25, p. 361-372, jul./dez. 2007. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/RF?dd1=1795&dd99=pdf>. Acesso em: 27 de dezembro de 2011.

OLIVEIRA, Aricia Costa de. **Projeto de Intervenção - Grupo de Convivência, Trabalho e Geração de Renda Reciclar**: uma ação solidária para conscientização, fortalecimento de valores e geração de renda. São Borja, 2011.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX**: Taylorismo, Fordismo e Toytismo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Márcio. Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e limites. **Revista Mercado de Trabalho (IPEA)**, 10 ago. 2004. Disponível em: <http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documentos/es_possibilidades_e_limites.pdf>. Acesso em: 12 de outubro de 2011.

_____. **Desempregados do Brasil**. In: ANTUNES, Ricardo (org). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de mediação entre teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. Porto Alegre, PUCRS, 2003. (Tese de Doutorado)

_____. **A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético-crítica de inspiração marxiana**. In: MENDES, Jussara Maria Rosa ; BELLINI, Maria Isabel Barros (org.). Textos e Contextos. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. 4ª Ed. São Paulo, Cortez, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª Ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, CHARLES TONIOLO DE. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional.** DISPONÍVEL EM:<http://www.uepg.br/emancipacao> ACESSO EM: 12 DE OUTUBRO DE 2010.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Trabalho interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza?** Revista Textos & Contextos. Porto Alegre, v.9 n.2, p. 286-297. ago./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/textoecontextos>.> Acesso em: novembro de 2011.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 2008.